



Revista Brasileira de
**História
Militar**



Ano IV - Nº 12
Dezembro 2013



Editorial

Nesta edição contamos, mais uma vez, com a participação do Prof. Henrique Modanez da Universidade de Brasília e com a ilustre presença do Prof. Diego Santos Vieira de Jesus da PUC – Rio. Trazemos ainda com as contribuições dos professores Thiago Rodrigo da Silva: da Fundação Universitária Regional de Blumenau e Jefferson Gomes Nogueira: da Universidade Federal do Mato Grosso Sul. Aos autores, nosso agradecimento.

Na próxima edição, entramos em nosso 5º ano de existência e passaremos a contar com a parceria da Clio Projetos para a elaboração, formatação e publicação da nossa revista, que além de mais moderna terá seus artigos, inclusive os publicados em números anteriores, mais acessíveis as ferramentas de busca e de indexação.

Desejamos à todos um excelente 2014.

Cesar Machado Domingues
Editor Responsável.



Imagem nesta página:

Obra do suíço Charles Gleyre (1806 – 1874) retratando a comemoração de um Triunfo Romano com a exibição pública de escravos capturados. Óleo sobre tela de 1858. Acervo do Museu Cantonal de Belas Artes, Lausanne, Suíça.



Revista Brasileira de
**História
Militar**

historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente	Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches	Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula
Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos	CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida
Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza	Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral
Prof. Dra. Cláudia Beltrão da Rosa	Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras
Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano	Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editores Associados

Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação

Daniel Albino da Silva



Índice

De Conquistador da Gália a “Calvo Adúltero”: Ofensas da soldadesca no Triunfo Quádruplo de Júlio César (46 A.C.).....6

Henrique Modanez de Sant’Anna

Vitória Gonçalves

Entre nebulosas e buracos negros: a política espacial dos EUA e o controle de armas no Governo Obama.....14

Diego Santos Vieira de Jesus

Pequenos calados em grande domínio: Esquadras mamelucas nas batalhas navais do Brasil Quinhentista.....30

Thiago Rodrigo da Silva

Educação Militar No Brasil: um breve histórico.....39

Jefferson Gomes Nogueira

Livro em Destaque.....62

DE CONQUISTADOR DA GÁLIA A “CALVO ADÚLTERO”: OFENSAS DA
SOLDADESCA NO TRIUNFO QUÁDRUPLO DE JÚLIO CÉSAR (46 A.C.)

**From conqueror of Galia to “bald adulterer”: offenses by soldiers in Ceasar’s
quadruple triumph (46 B.C.)**

Henrique de Sant’Anna¹

Vitória Gonçalves²

RESUMO

Este artigo investiga as duas canções entoadas pelos soldados de César durante seu triunfo quádruplo (que celebrava suas vitórias na Gália, no Egito, no Ponto e contra o rei Juba da Numídia), com o objetivo de colocá-las em perspectiva.

Palavras-chave: Júlio César; triunfo militar; legiões romanas.

ABSTRACT

This article investigates the two songs sung by Caesar’s soldiers during his quadruple triumph (which celebrated his victories in Galia, Egypt, Pontus and against king Juba of Numidia), and aims to put them into perspective.

Keywords: Julius Caesar; military triumph; Roman legions.

O EXÉRCITO DE JÚLIO CÉSAR

Quando chegou ao norte da Itália, César dispunha de quatro legiões, numeradas da sétima à décima. Três delas (provavelmente as três primeiras) estavam lotadas na Aquileia, na fronteira oriental da Gália Cisalpina, para fazer frente aos ataques dos ilírios. Apenas uma legião se encontrava na Gália Transalpina, cujo comando foi transferido para César após a morte do governador romano

¹ Professor Adjunto de História Antiga da Universidade de Brasília. E-mail: modanez@unb.br

² Graduada em História pela Universidade de Brasília, onde desenvolve uma pesquisa sobre o triunfo militar nos finais da república romana. E-mail: viit.souza@yahoo.com.br

daquela província. Nada se sabe sobre a história dessas legiões antes de César, excetuando o fato de que já estavam dispostas nas províncias quando de sua chegada (KEPPIE, 2005: 58). Em cerca de nove anos, César triplicou suas forças militares, de quatro legiões para doze no total.

No tempo de César, uma legião romana era formada por aproximadamente cinco mil homens, número que podia variar enormemente em campanha. Seis tribunos militares comandavam por vezes legionários experientes, sendo que os tribunos advinham quase sempre de famílias equestres. Originalmente, havia apenas vinte e quatro tribunos militares, mas com o crescimento do número de legiões o método antes aplicado não se mostrou mais compatível. Sob César e outros generais de sua época, os tribunos eram escolhidos normalmente pelo próprio general, o que torna o fato de César não mencionar tribunos nos *Comentários* algo bastante curioso (GOLDSWORTHY, 2006: 194). Além dos tribunos, havia os centuriões (sessenta por legião, sendo que cada um comandava uma centúria de aproximadamente oitenta homens). Desde Mário, seis centúrias formavam uma coorte (aproximadamente quatrocentos e oitenta homens), supostamente comandada pelo centurião mais experiente das seis centúrias reunidas.

O número de soldados por legião variava com frequência, como parece óbvio, por causa das baixas sofridas em batalha. Plutarco (48) menciona, por exemplo, um episódio interessante sobre a guerra civil. De acordo com o biógrafo grego, no Egito César virou as costas para Teódoto, que lhe oferecia a cabeça de Pompeu, e tratou com generosidade os companheiros (*hetairoi*) do inimigo, capturados pelo rei em seu território. César tratou todos eles com generosidade e os ajudou (lit. “trouxe para junto de si”). Pode-se supor que os “companheiros de Pompeu” fossem, na verdade, integrantes de seu exército, a julgar pelas razões de sua retirada para o Egito após o fracasso em Farsália e pela quantidade reduzida de tropas à disposição de César em território estrangeiro à beira da guerra civil. Disto (e de tantos outros casos, suprimidos pelo tamanho e propósito do artigo) se conclui que César contava basicamente com voluntários ou cidadãos das mais variadas origens sociais para preencher a lacuna inevitável em suas fileiras, muitos dos quais profissionais que serviam por “anos a fio”.

É digno de nota o fato de novas tropas terem sido recrutadas durante os meses de inverno, provavelmente das províncias apenas, com base no direito proconsular de recrutar forças para a defesa do território. A peculiaridade da Gália Cisalpina era o fato de o território possuir grandes reservas de cidadãos (com distinções nos níveis de cidadania) em idade militar, embora os recursos para sua manutenção viessem dos recursos obtidos das atividades militares de César. Na prática, eram

legiões de César, não de Roma, ainda que o direito de recrutar novas legiões fosse uma “concessão republicana”. Assim, tornou-se a lealdade de suas forças um aspecto conhecido, mesmo entre os antigos, e que colaborou enormemente para o sucesso na guerra civil (KEPPIE, 2005: 70-72).

Outro aspecto de significativa importância era o pagamento dos legionários. Um legionário recebia cento e vinte e cinco denários ou quinhentos sestércios por ano, de modo que o serviço militar, desde a sua profissionalização, não era atrativo nem mesmo para o pequeno agricultor. Assim, apenas os muito pobres (ao menos a maioria) deveriam se interessar pela carreira militar, pensando provavelmente nas promessas de assentamento após o serviço prestado. No caso das legiões de César, com o fim da guerra civil apenas a quinta legião não havia sido liberada; todas as outras, além de liberadas, estavam já assentadas ou à beira do assentamento. Os veteranos da sexta e da décima, por exemplo, foram assentados na Gália, enquanto os da sétima e da oitava tiveram lotes assegurados na Itália. É compreensível, portanto, a lealdade inquestionável que muitas legiões demonstraram, não com a república, mas com seu general.³

Quanto ao equipamento dos legionários, é importante ressaltar que a armadura segmentada provavelmente não existia à época de César, visto que sua primeira aparição se deu em 91 d.C.. Sob César, os legionários usavam uma cota de malha e um elmo de bronze ou ferro, dependendo dos recursos disponíveis (GOLDSWORTHY, 2006: 197). Curioso notar que no elmo romano as orelhas ficavam destapadas, tamanha a importância da audição dos comandos numa formação flexível como a legião. Radicalizando com propósitos de ilustração, pode-se dizer que as orelhas destapadas eram um indício da disciplina e da flexibilidade das legiões romanas, em contraposição com a simplicidade tática das falanges gregas, incapazes de executar manobras tão sofisticadas. Os escudos ainda tinham, em sua maioria, formato oval, embora o famoso escudo retangular (*scutum*) fosse já conhecido e relativamente difundido. Por fim, cabe dizer que os legionários contavam com o *pilum* (lança de arremesso) e o *gladius*, arma hispânica incorporada pelos romanos devido à sua eficiência nas técnicas de perfuração⁴.

Tais eram as tropas à disposição de César na campanha das Gálias e na guerra civil; as mesmas tropas (ao menos boa parte delas), presume-se, desfilaram nos triunfos durante os quais as duas canções que nos interessam foram entoadas.

³ Sobre o assentamento das legiões, *vide* Broadhead (2007: 148-164).

⁴ Como suporte às legiões, havia as tropas auxiliares, recrutadas principalmente entre os estrangeiros. Eram normalmente grupos especializados numa técnica em particular, como os arqueiros de Creta e da Numídia, e os fundibulários das ilhas baleares. César era conhecido por empregar tropas montadas gaulesas e germânicas.

COMO OS TRIUNFOS MILITARES ERAM REALIZADOS EM ROMA

O triunfo militar, a maior celebração da vitória militar em Roma, consistia numa procissão formal de um general vitorioso, durante a qual o triunfador retomava, simbolicamente e apenas naquela ocasião, o poder dos reis por meio de uma vestimenta púrpura.

As fontes determinantes para a compreensão das características do triunfo em Roma na maioria das vezes são de testemunhas não oculares; e que, além disso, possuem divergências entre si. Os triunfos são descritos de diversas formas pelas fontes. Podem ser encontradas similaridades, mas é difícil identificar um padrão, pois eram celebrados de acordo com a ocasião, circunstância ou particularidade da vitória.

O triunfo romano representava uma celebração militar que perdurou durante séculos após a queda do Império. Não houve nenhum tipo de governo que não tenha reproduzido pelo menos parte da comemoração celebrada pelos romanos como forma de demonstrar seu poderio militar. Na Roma antiga, o triunfo foi celebrado mais de trezentas vezes, sendo além de uma comemoração de vitória, parte da própria educação cívica. (BEARD, 2006: 4)

O triunfo era visto como a “chave de ouro” de uma campanha militar, uma maneira de tornar públicas suas conquistas. Após a derrota do inimigo, o general retornava para a cidade cercado de espólios e com suas legiões vitoriosas. Esta conquista era extremamente importante não somente para o general, mas também para os seus sucessores. As casas dos generais vitoriosos recebiam novos ornamentos a cada êxito e esses, mesmo com a mudança do dono, eram conservados, transformando a casa em uma memória permanente. (PLÍNIO, *História Natural*, Cap. VII; BEARD, 2006: 29-30). Tratava-se de uma celebração onde toda a circunstância da guerra era levada aos olhos dos cidadãos que não puderam presenciá-la, através de pinturas, esculturas e do desfile de despojos. No triunfo de César, foi servido um banquete aberto a todos com cerca de 22.000 mesas com as melhores comidas e bebidas. No crepúsculo, quando o banquete se encerrou, César andou para casa acompanhado por 20 elefantes que carregavam tochas. Roma estava tão cheia de pessoas que vieram presenciar a comemoração que, nessa grande massa, um considerável grupo foi pisoteado até a morte, incluindo dois senadores, como descreve Suetônio. (SUETÔNIO, *César*, Cap. XXIX; GOLDSWORTHY, 2006: 471).

Durante a procissão, César se mostrou preocupado em confortar a multidão e várias peças

de seda foram estendidas para fornecer sombra a estes. Após as comemorações do triunfo, César presenteou os cidadãos com 100 denários, peças de trigo e azeite de oliva. (PLUTARCO, *Vida de César*, Cap. LV; GOLDSWORTHY, 2006: 471).

Posteriormente, o imperador romano que triunfava em tomavasuas representações artísticas uma posição próxima da divina, como demonstra Beard (2006: 221-223). Essas pinturas o exibiam vestindo apenas uma toga e com suas carruagens desprovidas de qualquer despojo. Nessas representações os generais estão à frente de construções cuja origem não se consegue identificar. Assim sendo, o trabalho de mapear as rotas dos triunfos se torna mais difícil. Em uma das pinturas que descrevem o triunfo de Marcos Aurélio, observa-se sua carruagem adornada com figuras do deus Netuno, da deusa Minerva e de Roma divinamente simbolizada. Para tanto, um escravo ficava atrás do imperador e repetidamente dizia “Olhe para trás. Lembre-se de que és um homem”. Existem divergências sobre as exatas palavras ditas e o porquê de um escravo proferir tal discurso a um general vitorioso. Ora, o conquistador deveria recordar que ele, apesar de toda a pompa do triunfo, ainda era um homem; e não possuía poderes ou características de um deus. Essa frase é mais uma referência à imagem divina que ele refletia especificamente no dia do seu triunfo.

Assim como nós marcamos e relembramos eventos importantes (Olimpíadas, Copa, centenários etc.) com selos, camisetas ou filmagens, os triunfos também precisavam ser imortalizados para que a glória do triunfador fosse preservada. Além da descrição provida pelos historiadores da época ou da ornamentação nas casas, a iconografia, as pinturas, as esculturas e até mesmo a arquitetura eram utilizadas como um meio de fazer perdurar as conquistas. Seguindo essa lógica, os espólios eram por vezes o mais importante elemento do triunfo, pois a morte de membros da realeza e do conquistado punha um fim ao conflito. Ser levado ao triunfo era tão humilhante para os conquistados, que alguns chegaram a se matar para não ter que enfrentar os olhares voltados a si. O caso mais famoso é o de Cleópatra, que após a morte de Marco Antônio repetidamente dizia a si mesma “Não serei triunfada” temendo as consequências de ser levada a Roma. (BEARD, 2006: 4). Logo, verificase que o ápice do triunfo em Roma resultava na morte daqueles que foram capturados, trazendo para eles grande humilhação; para os romanos, no entanto, era o ápice da guerra e o começo da paz militar.

O caminho percorrido durante o triunfo não é unanimidade entre os estudiosos; apesar de incerto, pode-se considerar como ponto inicial a *villa publica*, onde os generais e suas tropas tradicionalmente pernoitavam na véspera da celebração. Existem dois possíveis pontos de partida

da procissão: a *porta triumphalis* e a *porta carmentalis*. Os generais passariam pelos teatros, pela *via triumphalis*, pelo *forumboarium*, *circusmaximus*, *circusflaminius* e seu término no Templo de Júpiter (BEARD, Mary 2006 p.100-102). Porém, César teria tomado um caminho mais curto e passado pelo *velaburum*, que significa que não existia uma rota obrigatória a ser seguida. Como citado anteriormente, a celebração dependia da ocasião do triunfo.

No triunfo militar, os soldados não apenas celebravam seus próprios feitos, como também conquistavam o direito de satirizar a imagem de seu general por meio de canções, a exemplo das que foram entoadas pelos soldados de César em 46 a.C.. Num dia de triunfo, a disciplina militar padrão “relaxava”. (GOLDSWORTHY, 2006: 469).

O JÚLIO CÉSAR DOS SOLDADOS DURANTE O TRIUNFO MILITAR

Em julho de 46 a.C., César pôde celebrar um triunfo militar por suas vitórias na Gália, no Egito, no Ponto e contra o rei Juba da Numídia. Muitos preparativos foram feitos, porque ele precisava exceder em glória militar Pompeu, morto no Egito durante a guerra civil. O triunfo quádruplo de César cumpria exatamente este objetivo e contava, portanto, com a exibição de prisioneiros importantes, incluindo Vercingétorix, o filho de Juba e a irmã de Cleópatra. Durante um dos triunfos, diz-se que sessenta e cinco mil talentos foram mostrados, além de quase três mil coroas de ouro (Apiano 2.101). Logo após o triunfo, César excedeu em generosidade todas as promessas feitas aos soldados, oferecendo a cada soldado cinco mil denários, muito mais do que ganhariam por todo o serviço militar regular. Além dos valores concedidos às tropas, César concedeu também cem denários *per capita* ao povo comum, uma estratégia que aumentou ainda mais sua popularidade em Roma.

De acordo com Suetônio (Júlio César, 49 e 51, respectivamente), duas canções foram entoadas pelos soldados no triunfo da Gália, uma denunciando o suposto caso amoroso de César com Nicomedes, rei da Bitínia, e outra insinuando que todo o ouro conquistado na Gália fora consumido em galanteios.

A primeira delas, entoada pelos “soldados que seguiam o carro principal”, dizia o seguinte:

Gallias Caesar subegit, Nicomedes Caesarem: Ecce Caesar nunc triumphat qui subegit Gallias, Nicomedes non triumphat qui subegit Caesarem.

César subjugou as Gálias, Nicomedes subjugou César. Vê! César agora triunfa, porque subjugou as Gálias, mas Nicomedes, que subjugou César, não triunfa.

A canção claramente faz referência ao período que César passou na Bitínia, entre 80 e 78 a.C.. Nesse período, serviu como comandante do rei Nicomedes, comando que lhe rendeu a “coroa de cidadão”, uma coroa de louros dada pelo aclamado brilhantismo com que liderou a frota do rei. Cabe ressaltar que César nunca abandonou a coroa em ocasiões solenes. Após o serviço militar de aproximados dois anos na Bitínia, César fez sua entrada na política, como todos os jovens de famílias em condições de competir de sua época. De volta ao triunfo, César se viu obrigado a negar publicamente o que seus homens entoaram sobre Nicomedes, tamanho o embaraço da situação.

A segunda canção foi registrada como se segue:

Urbani, servate uxores: moechum calvom adducimus. Aurum in Gallia effutuisti, hic sumpsisti mutuum.

Romanos, guardai vossas esposas, nós conduzimos o calvo adúltero. O ouro que na Gália dissipaste em orgias, foi aqui que tomaste de empréstimo.

O que ela indica em termos históricos? Os altíssimos gastos de César com concubinatos e demais paixões. Em 70 a.C., quando os casos amorosos que colecionava começaram a se tornar um problema, César estava casado com Cornélia, filha de Cinna, há cerca de quinze anos. Em Roma, relações extraconjugais não eram um grande problema, desde que publicamente a esposa fosse honrada e que, em contrapartida, se mantivesse casta. César não era um romano diferente dos demais, quando o assunto era o interesse por outras mulheres. Sabe-se que César era um homem de muitas mulheres, incluindo provavelmente a esposa de Crasso (antes casada com seu irmão) e certamente Servília, mulher de Júnio Bruto, um dos conspiradores que levaram a cabo o assassinio do futuro ditador. Mas por que César se ligava a tantas mulheres casadas? Goldsworthy (2006: 85-86) oferece uma boa explicação.

Mulheres aristocráticas romanas eram, em sua maioria, casadas (mesmo que a união fosse apenas para garantir a manutenção da propriedade em família e a preservação da honra da mulher, de acordo com as práticas romanas). César, então, ao se envolver com uma aristocrata romana, fatalmente se envolveria com mulheres comprometidas. No limite, apenas algumas poucas cortesãs teriam tanto a oferecer em termos políticos ao menos, de modo que seu envolvimento com mulheres de senadores

era muito frequente.

A segunda canção entoada pelas tropas, assim, satirizava o comportamento de seu líder com relação ao que chamaríamos hoje de “compulsão sexual”. Para César, era apenas um hábito aprovado pelos romanos, mas levado a uma dimensão que permitia a zombaria dos soldados por ocasião de um triunfo militar.

CONCLUSÃO

As canções mencionadas por Suetônio no triunfo da Gália eram liberdades desfrutadas pela soldadesca numa ocasião muito específica: o triunfo militar. Apenas nela, uma celebração onde generais deveriam retomar simbolicamente o poder dos antigos reis, soldados poderiam expressar, por meio de canções, os sentimentos que alimentavam por seus líderes, a forma como viam certos comportamentos deles. No caso do triunfo quádruplo de César, se Suetônio estiver correto, a sátira tinha relação direta com o período que o “conquistador da Gália” passou na Bitínia e com suas preferências por companhias mais sofisticadas. Postas em perspectiva, as canções que zombavam do general nos triunfos militares elucidavam tanto aspectos da personalidade de César quanto sua proximidade com as legiões, autorizadas pela tradição a zombar de seu general no desfile triunfal.

BIBLIOGRAFIA

- BEARD, M. *The Roman triumph*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 2007.
- BROADHEAD, W. “Colonization, Land Distribution, and Veteran Settlement”. In: ERDKAMP, P. (org.). *A Companion to the Roman Army*. Malden: Blackweel, 2007. Pp. 148-164.
- GOLDSWORTHY, A. *Caesar: life of a colossus*. New Haven: editor, 2006.
- KEPPIE, L. *The Making of the Roman Army*. London : B.T. Batsford, 2005 (ed. orig.: 1984).
- PLÍNIO. *Historia Natural*. Madrid: Catedra, 2002.
- PLUTARCO. *Vidas Paralelas*. São Paulo: Editora PAUMAPE, 1991.
- SUETÔNIO. *The Lives of the Caesars, vol. 1*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.

ENTRE NEBULOSAS E BURACOS NEGROS: A POLÍTICA ESPACIAL DOS EUA E O CONTROLE DE ARMAS NO GOVERNO OBAMA

Between nebulae and black holes: the U.S. space policy and arms control at the Obama Administration

Diego Santos Vieira de Jesus¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é examinar a política espacial da administração de Barack Obama e suas implicações para o controle de armas no espaço exterior. Argumento que, apesar da incorporação de novos conceitos, a política espacial da administração Obama não representa ruptura ou radical inovação em relação às políticas espaciais anteriores. De forma distinta a seu antecessor, Obama aponta que os EUA considerariam propostas e conceitos para as medidas de controle de armas que fossem efetivamente verificáveis e ampliassem a segurança dos EUA e de seus aliados. Entretanto, os tipos de acordos que seriam buscados e as medidas de construção de confiança e transparência vislumbradas não foram definidos de maneira precisa.

Palavras-chave: espaço exterior; EUA; Barack Obama; controle de armas

ABSTRACT

The purpose of this article is to examine the space policy of the Obama administration and its implications for the arms control in outer space. It is argued that, despite the incorporation of new concepts, the space policy of the Obama administration does not represent a rupture or radical innovation in relation to previous space policies. Differently from his predecessor, Obama points out that the U.S. would consider proposals and concepts for arms control measures that would be effectively verifiable and enhance the security of the U.S. and its allies. However, the types of agreements that would be sought and the envisioned measures to build trust and transparency have not been precisely defined.

Keywords: outer space; U.S., Barack Obama, arms control

¹ Doutor em Relações Internacionais e professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI / PUC-Rio).

A política espacial da administração de Barack Obama – apresentada em 2010 – adicionou uma série de novos termos e expressões ao léxico da política espacial, como “sustentabilidade” e “comportamento responsável”. A forma como tais termos e expressões podem ser interpretados e refletidos em decisões vem sendo do interesse de departamentos e agências norte-americanos, de governos estrangeiros e de analistas políticos. A política espacial da administração Obama parece enfatizar a cooperação internacional e destacar mais o objetivo de liderança dos EUA no espaço exterior – ou simplesmente “espaço” – do que políticas anteriores. Ela adicionou a ênfase na expansão da cooperação com os aliados acerca das preocupações com a segurança espacial e priorizou a garantia de acesso ao espaço exterior, além de oferecer uma discussão mais detalhada acerca das questões comerciais e civis relacionadas ao espaço exterior. Ainda que inovações possam ser identificadas, a administração Obama ainda se baseia na sólida fundação da política espacial dos EUA. Os princípios fundamentais de manutenção da liberdade de acesso, do direito de defender os dispositivos e os interesses norte-americanos no espaço exterior, da busca dos usos pacíficos do espaço exterior e da rejeição de soberania nacional sobre corpos celestes são ressaltados na política da administração Obama como foram nas anteriores. Entretanto, ela traz uma maior discussão sobre a cooperação internacional, capacidades de lançamento e GPS do que a política espacial da administração anterior de George W. Bush e adiciona novos conceitos que trazem questões potencialmente perturbadoras sobre seus propósitos, significados e impactos sobre iniciativas de controle de armas no espaço exterior (KUETER, 2010, p.1, 11).

O objetivo deste artigo é examinar a política espacial da administração de Barack Obama e suas implicações para o controle de armas no espaço exterior. Argumento que, apesar da incorporação de novos conceitos, a política espacial da administração Obama não representa ruptura ou radical inovação em relação às políticas espaciais anteriores. Como as anteriores, a política de Obama defende os livres acesso e passagem pelo espaço exterior de satélites de todos os Estados e a exploração e o uso do espaço exterior para fins pacíficos e o benefício de toda a humanidade. Ela também rejeitou quaisquer clamores de soberania sobre o espaço exterior ou outros corpos celestiais, reconheceu os sistemas espaciais de todos os Estados como propriedades nacionais com o direito de passagem e operação no espaço exterior sem interferência proposital e reservou o direito dos EUA de conduzirem, se atacados, atividades no espaço exterior em apoio à autodefesa. De forma distinta a seu antecessor,

Obama aponta que os EUA considerariam propostas e conceitos para as medidas de controle de armas que fossem efetivamente verificáveis e ampliassem a segurança dos EUA e de seus aliados. Entretanto, os tipos de acordos que seriam buscados e as medidas de construção de confiança e transparência vislumbradas não foram definidos de maneira precisa. A linguagem adotada pela administração Obama parece ser intencionalmente vaga na expectativa de sinalização de uma mudança de atitude em relação à discussão sobre o controle de armas no espaço, mas ela não modificou substancialmente as posições dos EUA acerca do tema. Na próxima seção, examino as principais iniciativas voltadas para o controle de armas no espaço exterior. A seguir, apresento as políticas espaciais das administrações norte-americanas anteriores à de Obama e sinalizo os principais traços de continuidade e mudança de tais políticas em relação à atual, inclusive no que diz respeito ao tratamento dos temas relacionados ao controle de armas no espaço exterior. Antes de tecer as considerações finais, desenvolvo uma visão crítica acerca da política espacial norte-americana na atual administração.

O CONTROLE DE ARMAS NO ESPAÇO EXTERIOR

O Tratado do Espaço de 1967 proíbe o estacionamento de armas de destruição em massa no espaço exterior e atividades militares em corpos celestiais e detalha medidas juridicamente vinculantes sobre a exploração e os usos pacíficos do espaço. Cerca de 100 Estados são partes do tratado, ao passo que cerca de 30 assinaram, mas ainda não o ratificaram. Preocupados com os planos dos EUA relacionados às defesas antimísseis e à política espacial norte-americana, muitos Estados apoiaram a negociação de acordos adicionais sobre o espaço exterior. Por exemplo, a China e a Rússia pressionaram a Conferência do Desarmamento das Nações Unidas, em Genebra, para negociar um tratado que impedisse uma corrida armamentista no espaço exterior. Em 2008, os dois Estados submeteram um rascunho de um tratado à conferência, a qual fracassou por inúmeros anos em alcançar o consenso necessário para o início das negociações sobre um tratado para o espaço exterior. Os EUA afirmaram na época que tal acordo seria de difícil verificação e que nenhum tratado adicional sobre o espaço exterior seria necessário, uma vez que não havia uma corrida armamentista no espaço exterior (KIMBALL & COLLINA, 2012; MCFATE, 2002).

O Tratado do Espaço proíbe que os Estados desdobrem armas nucleares ou quaisquer outros tipos de armas de destruição em massa no espaço exterior, mas ele não proíbe o lançamento de mísseis

balísticos, que podem conter ogivas com tais armas. O tratado repetidamente enfatiza que o espaço exterior deva ser usado para propósitos pacíficos, levando alguns analistas a concluir que o tratado poderia sinalizar a proibição de todos os tipos de sistemas de armas – não só das armas de destruição em massa – no espaço exterior. As principais provisões do Tratado do Espaço relacionadas ao controle de armas estão em seu Artigo IV. Os Estados se comprometem a não colocar em órbita ao redor da Terra ou outros corpos celestiais quaisquer armas nucleares ou objetos carregando armas de destruição em massa e a não instalar armas de destruição em massa em corpos celestiais ou as estacionar no espaço exterior sob qualquer outra forma. Ademais, eles se comprometem a não estabelecer bases ou instalações militares, testar quaisquer tipos de armas ou conduzir exercícios militares na Lua ou outros corpos celestes. Outras provisões do tratado destacam que o espaço exterior não é domínio de um único Estado e que todos os Estados têm o direito de explorá-lo. O espaço deve ser acessível a todos os Estados e pode ser livre e cientificamente investigado. Os Estados devem evitar contaminar o espaço exterior ou os corpos celestiais, e aqueles que exploram o espaço exterior são responsáveis por qualquer prejuízo que suas atividades possam causar. A exploração do espaço exterior deve ser guiada pelos princípios de cooperação e assistência mútua, como a obrigação de astronautas de oferecer auxílio aos outros se necessário (KIMBALL & COLLINA, 2012).

As negociações sobre a preservação do espaço exterior para fins pacíficos começaram no fim da década de 1950 nas Nações Unidas. Os EUA e seus aliados ocidentais submeteram propostas em 1957 sobre a reserva do espaço exclusivamente para propósitos pacíficos e científicos, mas a URSS rejeitou esses esforços porque estava preparando o lançamento do seu primeiro satélite e testando seu primeiro míssil balístico intercontinental. Em 1963, a Assembleia Geral da ONU aprovou duas resoluções sobre o espaço exterior, que posteriormente se tornaram as bases para o Tratado do Espaço. A Resolução 1884 clamava que os Estados abrissem mão de estacionar armas de destruição em massa no espaço exterior. A Resolução 1962 definia princípios jurídicos para a exploração do espaço exterior, que estipulavam que todos os Estados tinham o direito de explorar e usar livremente o espaço. Os EUA e a URSS submeteram diferentes rascunhos do tratado à Assembleia Geral da ONU em junho de 1966. Um texto mutuamente acordado foi desenvolvido ao longo de seis meses, e a Assembleia Geral da ONU aprovou o tratado em dezembro do mesmo ano. O tratado foi aberto para assinaturas em Washington, Moscou e Londres em janeiro de 1967 e entrou em vigor em outubro do mesmo ano (KIMBALL & COLLINA, 2012).

Embora o Tratado do Espaço tenha protegido o espaço exterior para os usos pacíficos por todos os Estados, ele não eliminou todas as ameaças à segurança física de dispositivos militares e civis no espaço exterior nem a busca de tipos variados de armas baseadas no espaço. Alguns Estados desenvolveram armas ofensivas que podem derrubar satélites em órbita usando mísseis balísticos. Quanto aos sistemas defensivos, os EUA, durante a administração Bush, contemplaram interceptores de mísseis baseados no espaço. A Rússia e a China mostraram-se preocupadas, porque as defesas antimísseis dos EUA baseadas na terra, combinadas com possíveis sistemas baseados no espaço, poderiam ameaçar suas forças ofensivas para a dissuasão nuclear e seus satélites de alerta antecipado. Além disso, a China usou um projétil conduzido ao espaço por um míssil balístico a fim de fragmentar um de seus satélites meteorológicos, o que reafirma a vulnerabilidade dos satélites de vigilância e de comunicação ao ataque. Para diversos planejadores de defesa, a derrubada do satélite chinês sublinhava a necessidade de proteger os dispositivos norte-americanos no espaço exterior. As discussões internacionais que poderiam produzir entendimentos sobre a manutenção dos usos pacíficos do espaço foram dificultadas por anos. A China e a Rússia insistiram que a Conferência do Desarmamento conduzisse negociações sobre a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior. A administração Bush se opôs a discussões sobre armas no espaço exterior e apoiou inicialmente negociações sobre um Tratado de Proibição de Produção de Materiais Físseis para armas nucleares ou outros explosivos nucleares (FMCT na sigla em inglês). O presidente da Conferência do Desarmamento apresentou um pacote que permitiria discussões não-vinculantes sobre as questões das armas no espaço exterior, bem como as negociações do FMCT. A proposta teve o apoio da maioria de Estados, inclusive dos EUA. Especialistas sugeriam que, se as negociações não começassem na Conferência do Desarmamento, os signatários do Tratado do Espaço deveriam buscar o esclarecimento formal de que o tratado também proibia armas não-nucleares na órbita da Terra, destinadas a derrubar satélites ou mísseis, uma vez que permitia que os Estados partes estabelecessem interpretações do texto original que levassem em conta os desenvolvimentos não antecipados em 1967. Também era sugerido o estabelecimento, de forma provisória, de um código de conduta menos formal para a segurança no espaço exterior, que estabelecesse normas mais fortes contra atividades perigosas, incluindo testes de voo que simulam ataques hostis contra satélites e o desdobramento de armas espaciais e antissatélites (KIMBALL, 2007).

Além do Tratado do Espaço, outros instrumentos relacionados às questões espaciais estão em

vigor. O Acordo de Salvamento e Restituição – Acordo sobre Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e Objetos lançados ao Espaço Exterior – de 1968 requer que os Estados prestem assistência necessária a astronautas que tenham sofrido acidentes ou que tenham feito aterrissagens emergenciais ou não-pretendidas em território de outro Estado, conferindo-se aos astronautas a imunidade diplomática. A Convenção de Responsabilidade – Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais – de 1972 requer compensação para vítimas de prejuízos causados por objetos espaciais, enquanto a Convenção de Registro – Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados ao Espaço Exterior – de 1975 estabelece um sistema de registro mandatório e uniforme para objetos lançados no espaço exterior. Tal registro é mantido pelo secretário geral da ONU e é acessível ao público (MCFATE, 2002, p.293-294; MONSERRAT FILHO, 2002).

A POLÍTICA ESPACIAL DOS EUA ANTES DA ADMINISTRAÇÃO DE BARACK OBAMA

Alguns princípios básicos perpassam a política espacial norte-americana desde meados da década de 1960. Os EUA defendem a liberdade do espaço exterior, mais especificamente os livres acesso e passagem pelo espaço de satélites de todos os Estados, e a exploração e o uso do espaço para fins pacíficos em benefício de toda a humanidade. A expressão “fins pacíficos” abarcou atividades de apoio à defesa, inclusive inteligência. Ademais, os EUA rejeitaram quaisquer clamores de soberania sobre o espaço exterior ou outros corpos celestiais e buscaram três programas governamentais inter-relacionados: o civil, o militar e o voltado para inteligência. Eles também reconheceram os sistemas espaciais de todos os Estados como propriedades nacionais com o direito de passagem e operação no espaço sem interferência proposital e reservaram o direito de conduzir, se atacados, atividades no espaço exterior em apoio à autodefesa (KUETER, 2010, p.2-3).

O precursor da Política Espacial Nacional dos EUA foi o Relatório do Space Task Group, divulgado em setembro de 1969 na administração de Richard Nixon. O presidente formou o grupo para que fizesse recomendações acerca do programa espacial depois do programa Apollo. A primeira Política Espacial Nacional foi divulgada na administração de Jimmy Carter, em maio de 1978. Ela fora desenvolvida por um comitê do Conselho de Segurança Nacional liderado pelo conselheiro Frank Press. O presidente Ronald Reagan divulgou sua política espacial em julho de 1982. O processo foi

liderado pelo conselheiro George Keyworth II. A administração de George H. W. Bush divulgou sua Política Espacial Nacional em novembro de 1989 e seguiu com outras diretivas que lidavam mais especificamente com as políticas de lançamento e o sensoriamento remoto. Ela foi substituída pela política espacial da administração de Bill Clinton em setembro de 1996 e, mais recentemente, pela política espacial de George W. Bush, divulgada em agosto de 2006 (GREGO & WRIGHT, 2010).

As políticas espaciais de Carter a Clinton destacavam que a liberdade de uso do espaço exterior sem interferência e a aquisição de dados do espaço eram princípios gerais que orientavam todos os Estados. Entretanto, a política de 2006 colocou que tais direitos eram usufruídos pelos EUA. A mudança foi controversa porque poderia ser entendida como o não-reconhecimento, pelos EUA, dos direitos também usufruídos por outros Estados. A política de Carter em 1978 apontava que os EUA rejeitavam quaisquer clamores por soberania no espaço exterior ou corpos celestiais e quaisquer limitações sobre o direito fundamental de adquirir dados acerca do espaço exterior. Ademais, a interferência proposital em sistemas operacionais espaciais seria vista como uma violação dos direitos soberanos. A política de Reagan rejeitava quaisquer clamores de soberania por qualquer Estado e mantinha a posição de Carter com relação à interferência proposital com sistemas operacionais espaciais. A de George H.W. Bush complementava indicando que os EUA rejeitavam quaisquer limitações sobre o direito fundamental de Estados soberanos de adquirir informações acerca do espaço, o que foi consolidado na administração Clinton. Todavia, a política de George W. Bush em 2006 apontava a sua rejeição a quaisquer limitações ao direito fundamental dos EUA de operar e adquirir informações acerca do espaço. Ademais, a política espacial de George W. Bush apontava que os EUA viam a interferência proposital em sistemas espaciais com um despeito aos seus próprios direitos. Tal política sugeria uma perspectiva mais agressiva para o uso do espaço exterior, declarando que os EUA preservariam seus direitos, capacidades e liberdade de ação no espaço exterior; dissuadiriam outros de impedir o exercício desses direitos ou de desenvolver capacidades destinadas a isso; tomariam ações necessárias à proteção de suas capacidades no espaço; responderiam à interferência e negariam, se necessário, aos adversários o uso de capacidades hostis aos interesses nacionais dos EUA no espaço exterior (GREGO & WRIGHT, 2010; SAMSON, 2009).

Ademais, a política espacial de George W. Bush introduziu fortes limites ao controle de armas no espaço exterior, o que sinalizava que tal administração não via o benefício de se buscarem perspectivas negociadas para a segurança espacial. Os EUA se opunham ao desenvolvimento de

novos regimes ou outras restrições que buscassem proibir ou limitar o acesso ou o uso do espaço exterior por esse Estado. Os acordos propostos para o controle de armas não deveriam prejudicar os direitos dos EUA de conduzir pesquisa e desenvolvimento, teste, operações ou outras atividades no espaço exterior, voltadas para a busca dos interesses nacionais dos EUA. Isso representa uma ruptura com as posições de governos anteriores. Na administração Reagan, por exemplo, os EUA considerariam medidas verificáveis e equilibradas de controle de armas que baniriam ou limitariam o teste e o desdobramento de sistemas específicos de armas se tais medidas fossem compatíveis com a segurança nacional dos EUA. Os EUA opor-se-iam a conceitos ou regimes de controle de armas que buscassem proibições gerais sobre o uso do espaço exterior pelos militares ou pela inteligência. Já a política de George H. W. Bush aceitava o papel do controle de armas como uma parte da política externa dos EUA e apontava que o fórum mais relevante para tais negociações eram as negociações nucleares e espaciais entre os EUA e a URSS. A política de Clinton explicitamente apontava que a segurança espacial poderia ser ampliada por medidas diplomáticas, jurídicas e militares a fim de se impedir o uso hostil dos sistemas e serviços espaciais por um adversário. Os EUA considerariam e, conforme fosse apropriado, formulariam posições políticas sobre o controle de armas e medidas relacionadas às atividades espaciais (GREGO & WRIGHT, 2010; SAMSON, 2009).

Os primeiros documentos de política de Barack Obama, que discutiam plenamente sua plataforma para as capacidades e as prioridades dos EUA no espaço exterior, davam algumas indicações dos possíveis objetivos da política espacial da sua administração. De acordo com documentos da época da campanha presidencial dtados de 2008, Barack Obama utilizaria o espaço como uma ferramenta estratégica da diplomacia dos EUA para fortalecer as relações com seus aliados, reduzir conflitos futuros e engajar Estados do mundo em desenvolvimento. Obama enfatizava uma perspectiva mais cooperativa para a segurança espacial que George W. Bush e apontava que o desenvolvimento de uma perspectiva internacional para minimizar os resíduos espaciais, ampliar as capacidades de monitoramento de objetos em órbita ao redor do planeta e administrar operações no espaço exterior cada vez mais complexas era um passo importante na busca de manutenção das operações espaciais dos EUA. Os documentos de campanha também apontavam que Obama se opunha à instalação de armas no espaço e ao desenvolvimento de armas antissatélites e que os EUA deveriam mostrar liderança ao engajarem outros Estados nas discussões sobre as questões espaciais, trabalhando com eles a fim de desenvolver regras para o espaço exterior visando à conquista de um entendimento comum de

comportamento aceitável. Todos os documentos pareciam dar ênfase à natureza partilhada do espaço e à responsabilidade de assegurar que todos os Estados pudessem utilizar o espaço sem ameaçar outros Estados. Esperava-se que, em comparação à política espacial de Bush, Obama desenvolveria uma política mais favorável a esforços multilaterais, mas permanecia a questão de quais tecnologias e capacidades os EUA precisariam para manter sua habilidade de defender seus interesses de segurança nacional. Com o aumento dos gastos relacionados ao desenvolvimento das atividades espaciais, os EUA mostravam-se mais interessados em cooperar com outros Estados (SAMSON, 2009).

Durante a administração de George W. Bush, os EUA defendiam que não havia a necessidade de novos acordos sobre o espaço exterior. Funcionários do governo norte-americano apontavam que a universalização das convenções existentes era um passo mais efetivo na direção da garantia dos usos pacíficos do espaço exterior e que não havia uma corrida armamentista no espaço. Sob a administração Obama, a posição dos EUA se transformou. Em 2009, os EUA sinalizavam que buscavam discussões produtivas na Conferência do Desarmamento em conexão com o espaço exterior. Pouco depois, a Conferência concordou com um programa de trabalho. Como o fórum primordial das Nações Unidas para o desarmamento, a Conferência do Desarmamento foi o espaço para discussões sobre a prevenção da corrida armamentista no espaço exterior. Ela difere do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS, na sigla em inglês), porque o último tem um foco nas questões civis, enquanto a Conferência lida com as questões militares. Mais recentemente, os participantes reconheceram que algumas questões afetavam ambas as instituições. O programa de trabalho desenvolvido pela Conferência do Desarmamento criava quatro grupos de trabalho: prevenção de uma corrida armamentista no espaço, controles de materiais físséis, desarmamento nuclear e garantias negativas de segurança. O controle de armas no espaço exterior na Conferência do Desarmamento parecia mais firmemente ligado às questões nucleares. O Paquistão mostrou-se preocupado com o foco no controle de materiais físséis e sinalizou que desejava um programa de trabalho que trouxesse resultados balanceados nas quatro questões. Assim, ele inseriu obstáculos a progressos às discussões na Conferência. Alguns especialistas tinham mais esperança na tentativa de acordo em separado trazida em 2008, quando a Rússia e a China introduziram o Tratado sobre a Prevenção de Colocação de Armas no Espaço Exterior, a Ameaça ou o Uso da Força contra Objetos no Espaço Exterior (PPWT, na sigla em inglês). Entretanto, com o foco na proibição de certos tipos de tecnologia, o PPWT foi criticado por não limitar o comportamento destrutivo e perigoso no espaço

exterior, o que deixava aberta a possibilidade de disputas sobre tecnologias que não são militares em seus propósitos, mas mantêm a capacidade de serem usadas para armas. O tratado também permitia a pesquisa, o desenvolvimento e o desdobramento de armas antissatélites baseadas na terra, que tanto a Rússia como a China viam como essenciais no combate ao poder espacial norte-americano. O tratado também proibia interceptores de mísseis baseados no espaço, algo que os EUA poderiam considerar como opção para um sistema de defesas antimísseis balísticos. Já outros especialistas acreditavam que instrumentos mais informais em vez de novos tratados poderiam ter mais efeitos positivos, como a inclusão de potências espaciais emergentes que não quisessem limitar excessivamente sua flexibilidade de ação em instrumentos juridicamente vinculantes (SAMSON, 2009).

A POLÍTICA ESPACIAL DOS EUA DURANTE A ADMINISTRAÇÃO DE BARACK OBAMA: UMA VISÃO CRÍTICA

A administração Obama anunciou em 2010 uma nova política espacial que trazia algumas alterações em relação à administração anterior ao ser mais receptiva aos esforços de controle de armas. Obama e sua equipe considerariam propostas e conceitos para medidas de controle de armas que fossem efetivamente verificáveis e fortalecessem a segurança dos EUA e de seus aliados. A nova política solicitava que as agências governamentais buscassem medidas bilaterais e multilaterais de construção de confiança e transparência, mas apontava que os EUA opor-se-iam ao desenvolvimento de novos regimes ou restrições jurídicas que buscassem proibir ou limitar o acesso ou o uso do espaço exterior pelos EUA. Funcionários do governo norte-americano apontaram o desejo de mitigar os resíduos orbitais; partilhar informação sobre as observações e as atividades no espaço e buscar medidas de construção de confiança e transparência. Eles reiteraram o apoio norte-americano para discussões na Conferência do Desarmamento sobre a prevenção da corrida armamentista no espaço exterior, embora não se tenha obtido acordo acerca da agenda da Conferência em 2010. Cumpre lembrar que a administração Bush sinalizara que a Guerra Fria estava encerrada e que não haveria uma corrida armamentista no espaço. A política da administração Obama não estipulava as limitações sobre os usos militares do espaço pelos EUA. As autoridades norte-americanas diziam que a presença contínua no espaço era vital para a segurança nacional, uma vez que as capacidades no espaço eram importantes para a habilidade das Forças Armadas de navegarem e ataquem de forma precisa

(ABRAMSON & PACER, 2010).

Como a de seu antecessor, a política espacial de Obama é dividida em princípios, objetivos e orientações. Os princípios e os objetivos são declarações curtas e atraem atenção considerável, mas são abertos à ampla interpretação. As orientações elaboram mais essas declarações e oferecem direção geral aos departamentos e agências responsáveis pelas atividades espaciais. Como a política de George W. Bush, a de Obama considera as capacidades no espaço vitais aos interesses nacionais dos EUA e, como várias políticas anteriores, identifica o livre acesso ao espaço, o compromisso norte-americano de uso do espaço exterior para fins pacíficos e a rejeição de clamores de soberania nacional como princípios fundamentais que orientam a política dos EUA. A política da administração Obama mantinha que a interferência proposital em sistemas espaciais nacionais era um desrespeito aos direitos dos EUA. Os esforços norte-americanos de dissuadir e derrotar ataques no espaço mantiveram-se uma prioridade e eram discutidos novamente quando a política oferecia orientações ao secretário de Defesa. Entretanto, a forma de apresentação desses pontos não era tão direta como na política de Bush. A política de 2006 apontava que os EUA poderiam agir para dissuadir outros de criar obstáculos aos direitos norte-americanos no espaço ou desenvolver capacidades destinadas a isso, para proteger suas capacidades espaciais, para responder à interferência e para negar, se necessário, aos adversários o uso das capacidades no espaço hostis aos interesses nacionais dos EUA. Novos termos também foram introduzidos pela política de Obama, como “comportamento responsável”. Esse conceito não era explicado, mas, na definição de objetivos, a política clama por medidas destinadas a garantir “operações responsáveis no espaço” e faz referências à necessidade de se evitarem colisões e aos esforços de mitigação dos resíduos espaciais. Se há mais do que tais referências implicam, detalhes adicionais mostram-se necessários para esclarecer o conteúdo de tal política. “Sustentabilidade” foi uma adição aos princípios em referência à preservação do “ambiente espacial”. A política sinalizava o desenvolvimento, a manutenção e o uso de informações das fontes comerciais, civis e de segurança nacional para detectar, identificar e atribuir ações no espaço que fossem contrárias ao uso responsável e à sustentabilidade de longo prazo do ambiente espacial. Entretanto, a política não define claramente o que constitui um ambiente espacial sustentável e quais ações são proibidas (KUETER, 2010, p.4-8).

Especialistas como Victoria Samson (2010, p.1-3) apontam que, ainda que a sustentabilidade não seja definida na Política Espacial Nacional de Obama, ela poderia ser descrita como a garantia de que as atividades humanas no espaço não afetem negativamente a habilidade de se usar o “ambiente

espacial” no futuro. Assim, o objetivo da sustentabilidade espacial não deveria ser a redução do uso do ambiente espacial, mas a garantia de que a expansão do uso do espaço não prejudicasse a habilidade de se extrair benefícios do espaço no longo prazo. A sustentabilidade espacial girava em torno do uso eficiente de zonas orbitais limitadas e frequências de rádio e do impedimento de ações que pudessem ter impactos negativos no longo prazo. Dado que as Forças Armadas dos EUA hoje rastreiam cerca de 21 mil objetos em órbita, com centenas de milhares de resíduos que podem danificar dispositivos espaciais que ainda não estão sendo rastreados, é crucial que a comunidade internacional trabalhe em conjunto a fim de limitar a criação de novos resíduos. A mitigação de resíduos é uma parte fundamental da garantia de que o espaço possa continuar a ser usado pelas próximas décadas, uma vez que, se tais resíduos não forem mitigados, o uso de certas órbitas poderá se tornar proibitivamente caro e perigoso. Ainda que tal política formalizasse a prioridade e a importância de se limitar a criação de resíduos espaciais e se explorarem as tecnologias de remoção de resíduos, cabe destacar que a maioria das técnicas de mitigação de resíduos listadas na política espacial de Obama já existia na forma de orientações internacionais voluntárias e regulações mandatórias norte-americanas. Os aspectos jurídicos e políticos da remoção de resíduos não são explicitamente mencionados na política (SAMSON, 2010, p.1-3).

A política espacial de Obama também coloca uma ênfase maior na “liderança espacial”. Algumas análises iniciais colocaram que tal ponto seria uma revisão dramática das políticas passadas com a ênfase na cooperação internacional e no compromisso com as medidas bilaterais e multilaterais de construção de confiança e de transparência. Porém, seria um erro dizer que a política de George W. Bush ignorara completamente esses pontos. Rotineiramente Bush ressaltava a necessidade de se trabalhar por meio dos fóruns internacionais no contexto de tópicos específicos, como as políticas e as práticas destinadas à minimização dos resíduos espaciais. Entretanto, Obama pareceu discutir mais tais questões, embora não se possa dizer que os conceitos adicionados sejam uma mudança dramática nas ações norte-americanas. Com relação ao controle de armas no espaço, há diferenças mais claras. Bush se opôs ao desenvolvimento de novos regimes jurídicos ou outras restrições que buscassem proibir ou limitar o acesso ou o uso do espaço pelos EUA, o que significava que os acordos para o controle de armas que tivessem impedido ou limitado os direitos norte-americanos de agir em seus interesses nacionais no espaço seriam imediatamente rejeitados. A política de Obama aponta que os EUA considerariam propostas e conceitos para as medidas de controle de armas que fossem efetivamente

verificáveis e ampliassem a segurança dos EUA e de seus aliados. Entretanto, tal declaração é aberta à interpretação. Embora ela aponte que os EUA concordariam em se engajar em negociações sobre o controle de armas no espaço, eles não se comprometiam a tomar qualquer atitude que não seguisse esses padrões, os quais não eram plenamente definidos. Se tais padrões fossem implementados à risca, então as discussões sobre o controle de armas tornar-se-iam ainda mais difíceis, pois as propostas não se mostravam verificáveis ou não estavam nos interesses de segurança norte-americana até então. A linguagem adotada pela administração Obama pareceu intencionalmente vaga na expectativa de sinalização de uma mudança de atitude em relação à discussão sobre o controle de armas no espaço, mas ela não modificou substancialmente as posições norte-americanas acerca do tema. Ademais, a própria noção de “estabilidade” permanece indefinida, uma vez que não parece haver uma visão comum do que seja um “ambiente espacial de segurança estável” e, mesmo que houvesse, se tal visão estaria nos interesses de segurança dos EUA. O uso do espaço para propósitos de empreendimento da guerra terrestre poderia ser configurado como um uso “instável” do espaço? Tal questão permanecia sem resposta na política espacial da administração Obama (KUETER, 2010, p.8-10).

Tal política revela um entendimento mais claro pelo governo norte-americano da mudança da realidade de operação no espaço exterior. Com as restrições financeiras de duas guerras conduzidas no exterior e o agravamento da crise econômica global, os EUA não poderiam desenvolver, comprar e manter sozinhos sistemas caros e complexos no espaço. Ainda que tivessem recursos ilimitados para gastar, os EUA precisariam da cooperação de outros Estados, uma vez que as ações de uma entidade no espaço podem afetar negativamente as outras. A política espacial da administração Obama clama pela cooperação internacional no espaço. Um resultado mais tangível da ampliação do número de atores que se beneficiam do espaço exterior é a maior probabilidade de que eles busquem um “comportamento responsável” e ampliem a sua determinação de cooperar ou pelo menos de minimizar as chances de ações hostis ou irresponsáveis no espaço. Enquanto os EUA planejam assumir um papel de liderança, eles não pretendem excluir outros atores, mas promover a partilha apropriada de custos e riscos entre os Estados nas parcerias internacionais. Assim, os EUA não parecem planejar o domínio do espaço, que implicaria uma perspectiva unilateral para o espaço exterior que beneficiaria somente os EUA, possivelmente em detrimento de outros Estados. A liderança assume que haverá algum tipo de perspectiva coletiva para o espaço exterior e implica que os EUA trabalharão para garantir algum tipo de resposta internacional a desafios. Entretanto, os tipos de acordos que serão buscados e as medidas

de construção de confiança e transparência vislumbradas não eram definidos de maneira precisa. No que diz respeito ao controle de armas, a política espacial não esclarecia os padrões para o que entendia como uma medida “efetivamente verificável” nem incluía propostas específicas (SAMSON, 2010, p.3-6).

Em face das várias imprecisões na Política Espacial, a administração Obama fez esclarecimentos sobre tal política em 2011, mas continuava a prorrogar sua decisão de apoiar um código de conduta internacional voluntário, que foi amplamente questionado por uma série de senadores republicanos. O então secretário de Defesa Robert Gates e o diretor da Inteligência Nacional James Clapper divulgaram um resumo não-confidencial da Estratégia Nacional de Segurança Espacial, que define como as comunidades de defesa e de inteligência colocarão em prática a Política Espacial, divulgada em 2010. A estratégia – que buscava lidar com um ambiente estratégico crescentemente congestionado, contestado e competitivo – detalhava algumas perspectivas inter-relacionadas: responsabilidade, a melhoria das capacidades dos EUA no espaço, a cooperação internacional, prevenção e dissuasão e a preparação para a derrota de ataques e a operação num ambiente degradado. Como a política espacial de 2010, o novo documento apontava que a administração consideraria propostas e conceitos para medidas de controle de armas efetivamente verificáveis que ampliassem a segurança nacional dos EUA e seus aliados, mas não oferecia detalhes sobre quais propostas seriam essas. A política também não falava explicitamente sobre o armamento no espaço, um tópico de crescente preocupação por parte da comunidade internacional. Membros da administração Obama reiteravam a política corrente de que os EUA mantinham o direito de responder com meios apropriados ao posicionamento de armas no espaço e ao ataque a dispositivos no espaço e que sua perspectiva para o controle de armas era focada na promoção do que chamavam “medidas de construção de confiança e transparência”, que tendiam a ser voluntárias em vez de juridicamente vinculantes. O código de conduta desenvolvido pela União Europeia poderia ser, segundo membros da administração Obama, uma medida potencial e incluía um compromisso de se abrir mão de danificar objetos espaciais, medidas para controlar e mitigar os resíduos espaciais e mecanismos para cooperação e consulta. Os EUA ainda analisavam o código. Ainda que o código não fosse juridicamente vinculante, um grupo de 37 senadores republicanos enviaram uma carta à então secretária de Estado Hillary Clinton solicitando que a administração Obama consultasse imediatamente os principais comitês do Senado e os senadores interessados acerca do tema. Os autores da carta, liderados pelo senador republicano Jon Kyl, afirmavam que eles estavam

profundamente preocupados com a possibilidade de que a administração Obama assumisse um compromisso multilateral com uma pluralidade de implicações potenciais altamente prejudiciais para os programas militar e de inteligência. Tais senadores mostravam-se particularmente preocupados com a possível limitação do desdobramento de interceptores de mísseis no espaço ou o desenvolvimento de sistemas baseados no espaço capazes de derrubar armas antissatélites. A administração mantinha que, em linhas gerais, o código era compatível com a Política Espacial Nacional – que não criava explicitamente novos limites sobre sistemas baseados no espaço – e que a divulgação da estratégia de segurança espacial marcava o fim de sua revisão da postura espacial (ABRAMSON & GEBBEN, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política espacial da administração Obama buscou garantir que o espaço exterior se mantivesse utilizável no longo prazo em benefício de todos os Estados, definindo o cenário para futuros esforços cooperativos no espaço exterior. Ela define o desafio de tornar a sustentabilidade do espaço uma prioridade por meio do engajamento e da cooperação globais e do comportamento responsável no espaço. Entretanto, o sucesso da política depende de como o governo Obama interpreta e implementa os princípios contidos na política. Sua eficácia está ligada tanto à cooperação que os EUA recebem internacionalmente como à implementação das medidas bilaterais e multilaterais de construção de confiança e transparência. No que diz respeito ao controle de armas, o que se observa na prática, segundo muitos especialistas, é uma mudança do controle de armas mais tradicional para o “controle do comportamento espacial”, em grande parte a fim de deixar de lado as questões relacionadas à definição precisa do que são “armas no espaço”. O estabelecimento de consenso sobre ações responsáveis e irresponsáveis no espaço é um passo essencial para a criação de estabilidade e segurança. Para que o espaço possa ser utilizado de maneira responsável, os atores envolvidos devem concordar em torno do que o “comportamento responsável” pressupõe. Entretanto, a comunidade internacional ainda não chegou a um acordo sobre quais são as normas adequadas de comportamento no espaço (SAMSON, 2010, p.5-6).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRAMSON, Jeff; GEBBEN, Nik. U.S. Moves Forward on Space Policy. **Arms Control Today**, mar. 2011. Disponível em: <http://armscontrol.org/act/2011_03/space>. Acesso em: 30 set. 2013.
- ____.; PACER, Valerie. New U.S. Space Policy Open to Arms Control. **Arms Control Today**, set. 2010. Disponível em: <http://armscontrol.org/act/2010_09/SpacePolicy>. Acesso em: 27 set. 2013.
- GREGO, Laura; WRIGHT, David. Obama's Space Policy: What Will It Mean For International Cooperation? **Union of Concerned Scientists**, 22 jun. 2010. Disponível em: <http://www.ucsusa.org/nuclear_weapons_and_global_security/space_weapons/policy_issues/obama-national-space-policy.html>. Acesso em: 17 set. 2013.
- KIMBALL, Daryl G. Avoiding a Space Arms Race. **Arms Control Today**, jul. 2007. Disponível em: <http://armscontrol.org/act/2007_04/focus>. Acesso em: 23 set. 2013.
- ____.; COLLINA, Tom. The Outer Space Treaty at a Glance. **Fact sheets**, set.2012. Disponível em: <<http://armscontrol.org/factsheets/outerspace>>. Acesso em: 16 set. 2013.
- KUETER, Jeff. Evaluating the Obama National Space Policy: Continuity and New Priorities. **George C. Marshall Institute Policy Outlook**, jul. 2010.
- MCFATE, Patricia A. Arms control in outer space. In: LARSEN, Jeffrey. (Ed.) **Arms control: cooperative security in a changing environment**. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002. p.291-308.
-
- MONSERRAT FILHO, José. O direito das atividades espaciais no ano 45 da Era Espacial. **ComCiência**, 10 jun. 2002. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/guerra/guerra16.htm>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- SAMSON, Victoria. Making a Mark in Space: An Analysis of Obama's Options For a New U.S. Space Policy. **Arms Control Today**, out. 2009. Disponível em: <http://armscontrol.org/act/2009_10/Samson>. Acesso em: 23 set. 2013.
- _____. **The 2010 Obama Space Policy: Sustainability, International Engagement and Stability in Space**. Washington, D.C.: Secure World Foundation, 2010.

PEQUENOS CALADOS EM GRANDE DOMÍNIO: ESQUADRAS MAMELUCAS NAS BATALHAS NAVAIS DO BRASIL QUINHENTISTA

Thiago Rodrigo da Silva¹

RESUMO

A História Naval do Brasil no século XVI é o tema do presente artigo. Em especial, busca-se refletir sobre a importância dos nativos americanos nas dinâmicas envolvidas as questões navais. Nos combates quinhentistas a canoa nativa estava presente ao lado das embarcações portuguesas, além de ser o indígena o tipo-ideal da mão-de-obra dos estaleiros coloniais. Pois os mesmos possuíam experiência e conhecimento sobre as madeiras brasileiras, assim como as técnicas necessárias para melhor utilizar esta que fora a principal matéria-prima da indústria naval quinhentista. A junção entre aspectos militares e da *cultura marítima indígena* auxiliam a explicar o evento histórico da supremacia lusitana nos mares brasileiros no primeiro século de história colonial. Para tanto, utiliza-se a expressão “esquadras mamelucas”, que busca sintetizar tal processo histórico.

Palavras-Chaves: Embarcações Brasileiras; Guerra Naval; Brasil Colonial; Esquadra Mameluca.

Para uma marinha que foi em grande parte dos séculos XVI e XVII uma das mais adiantadas do mundo, cuja técnica de construção naval e artes náuticas foram apuradas ao longo dos séculos, de um legado de judeus e genoveses, holandeses e ingleses, a modesta cota indígena assume alta significação, não se limitando ao simples expediente dos remendos ou à utilização da força bruta².

Por calado, se designa uma parte da embarcação abaixo da ilha d'água. Pode ser “traduzida” do jargão marinho ao português corrente como “profundidade”, ou até mesmo o espaço que uma embarcação ocupa dentro do mar. Em um glossário técnico, consta como “a distância vertical entre

¹ Mestre em História pela UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor na FURB- Fundação Universitária Regional de Blumenau e na Uniasselvi- Centro Universitário Leonardo da Vinci.

² LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo: Hucitec, 2000, p.85.

a linha d'água do casco ao ponto mais imerso da quilha”³. Portanto, ao afirmarmos a presença de embarcações com pequenos calados, estamos nos reportando a embarcações que possuem a capacidade de alcançar pontos próximos a costa. Ao mesmo tempo, podemos pensar que a importância da presença indígena é silenciada no que tange a História Naval do Brasil Colonial⁴. Os indígenas, por vezes são tratados como pequenos personagens, em especial quando pensamos na História da Marinha Colonial Portuguesa e no seu grande domínio nas costas da América do Sul ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

O Brasil dos séculos XVI e XVII foi definido, na conhecida expressão do frei Vicente Salvador, como uma “nação de caranguejos”. Os portugueses que aqui viviam “arranham” as costas atlânticas, sem penetrar no interior do território americano. Portanto, ao buscamos refletir sobre a História do Brasil Quinhentista e Setecentista, em grande parte, devemos dar destaque a História Naval. Um campo do conhecimento que no Brasil foi deveras esquecido. Verdade observada há quase meio século pelo renomado historiador José Honório Rodrigues⁵ e recentemente ratificado nas atuais pesquisas historiográficas do *Capitão de Mar e Guerra* Francisco Eduardo Alves de Almeida⁶. Ambos, em uma distância temporal aproximada de cinquenta anos, ao discorrer sobre o tema da historiografia naval, acabaram por realizar a mesma lamentação: falta de estudos sobre a temática no Brasil, uma nação com um vasto oceano e especial participação nas dinâmicas comerciais, diplomáticas e militares que envolvem o Atlântico Sul. Os textos da História Naval Brasileira, organizada pelo almirante Max Justo Guedes foi uma exceção. Este artigo não possuiu a pretensão de preencher tal lacuna historiográfica em tão poucas laudas. Mas, apenas pretende refletir um pouco sobre a ação dos marinheiros luso-brasileiros que combateram os corsários ingleses e os colonos da França Antártica, garantindo a posse da costa do pau-brasil para a coroa lusitana. Posse conquistada em grande parte graças às técnicas e força indígena.

O século XVI foi considerado um longo século, que extrapola o marco cronológico 1501-1600⁷. Um tempo de profundas transformações no ocidente: no campo religioso, com a Reforma

3 FILHO, Carlos da Costa Pereira. *Navios da Costa: Iconografia Náutica da Costa Catarinense*. São Francisco do Sul: Ed. Museu Nacional do Mar, 1994, p.134.

4 Uma belíssima exceção é o clássico livro do Almirante Alves Câmara publicado pela primeira vez em 1888. CÂMARA, Antônio Alves. *Ensaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil*. São Francisco do Sul: Ed. Museu Nacional do Mar, 2010.

5 RODRIGUES, José Honório. *O sentido da historiografia naval*. In: História e historiadores do Brasil. São Paulo: Fulgor, 1965, p. 110.

6 ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *A historiografia naval brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica*. In: *Revista Brasileira de História Militar*, v. 3, p. 30-64, 2012.

7 BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais: a longa duração*. São Paulo: Perspectiva, s.d., p.41-90.

Protestante; No campo político, simbolizada pela unificação espanhola; Na geografia, com a descoberta da América e com a viagem de Fernão de Magalhães; e, nas artes, com o Renascimento, um movimento cultural paradigmático. Neste contexto o historiador britânico Geoffrey Parker, aponta a idéia que durante a denominada “Idade Moderna”, isto é, dentre os séculos XV ao XVIII, o mundo passou também por uma revolução militar⁸. Esta revolução seria caracterizada por diversos aspectos que diferenciavam o típico combate medieval das guerras comerciais modernas. Uma primeira distinção se daria no tocante as especialidades de combate. A guerra medieval era uma batalha entre nobres, que tinha na cavalaria sua principal forma e *ethos* combatente. No caso da Idade Moderna, a infantaria ocuparia o lugar dos cavalarianos nos campos de batalha. Neste mesmo período, o ocidente passou por profundas alterações no tocante a batalha naval.

A guerra naval é um tipo específico de combate. Isto porque as partes beligerantes não possuem a mesma segurança dos que lutam em terra firme. Por vezes, o próprio mar, quando se apresenta bravio, se mostra um inimigo da vida dos marinheiros ou soldados embarcados. O temor pela eminente possibilidade de fenecer deve ser considerado nas análises sobre as táticas e estratégias utilizadas nos distintos teatros de operações navais. No dizer de Fernando Oliveira, um pioneiro estrategista naval de Portugal da época das Grandes Navegações:

Terrível coisa é a batalha do mar ante os olhos humanos, e os sentidos a recusam e arvorem, porque nela se lhe oferece a morte sem nenhum refúgio entre muitas confusões e angústias. Qualquer dessas duas coisas basta para aterrar a humanidade, quanto mais ambas juntas, guerra e mar⁹.

Durante o século XVI, algumas batalhas em alto mar são comumente rememoradas pelos historiadores navais. A Batalha de Lepanto, no Mar Mediterrâneo, em 1571, foi a responsável por cessar a expansão otomana nas proximidades da Europa ocidental. Nesta, Miguel de Cervantes ficou ferido, tendo perdido um dos braços. Em 1588, ocorreu a derrota da Invencível Armada Espanhola, que partira de Lisboa e fracassou nas águas do Atlântico Norte, na tentativa hispânica de invadir a Inglaterra. Entre os portugueses, a principal batalha naval ocorreu no Cerco de Diu, no qual os marinheiros lusitanos conquistaram um importante porto no contexto das rotas navais do Oceano Índico.

8 PARKER, Geoffrey. The “military revolution” 1560-1660- a Myth? In: *The Journal of Modern History* Vol. 48, No. 2 (Jun., 1976), p. 195-214.

9 OLIVEIRA, Fernando. A Arte da Guerra do Mar. Lisboa: Ministério da Marinha, 1969, 155.

Não fora apenas nos mares da Ásia que a presença dos marujos portugueses se fez sentir. Na África e na América, barcos propelidos pelos ventos singravam os oceanos seguindo as determinações reais e aos interesses mercantis da dinastia Avis. A realidade naval da América Portuguesa no Século XVI possuía algumas singularidades: a presença dos indígenas e escravos africanos, a constante presença de piratas (ingleses) e as tentativas francesas de colonização.

No tocante à expansão portuguesa pelos oceanos, podemos elencar a presença da tática naval de guerra de corso, tanto de maneira ofensiva quanto de modo defensivo. O historiador português Luis de Albuquerque, aponta que a guerra de corso que os portugueses aplicaram aos turcos do norte africano foi um dos motivos para os descobrimentos empreendidos pelos portugueses no norte africano¹⁰. Todavia, após o périplo africano e a constituição da Carreira das Índias, inverteu o vetor das ambições pelas mercadorias presentes nos porões das naus. Pois, os portugueses, que faziam ações ofensivas, passaram a realizar operações defensivas, ante a violência empregada pelos árabes contra as naus lusitanas que voltavam abarrotadas das especiarias do oriente.

Uma separação fundamental que devemos fazer é a diferença entre o corsário e o pirata. Em geral, o corsário possui uma ligação com algum Reino, e não age apenas “por conta própria”, mas deve prestar contas para um Rei, que pode inclusive financiar estas investidas. O pirata, por outro lado, atua “por conta própria”, possibilitando ao mesmo ator dos mares certa liberdade da rígida hierarquia naval. Hierarquia esta as quais os corsários ainda que de modo difuso, deveriam seguir.

Uma ação defensiva contrária as investidas corsárias foi um dado presente na exploração econômica dos países ibéricos nos séculos XVI e XVII. Pois, a ação violenta dos corsários de diferentes nacionalidades contra as embarcações ibéricas¹¹ fora constante. Algumas ações corsárias ficaram famosas, como a de Francis Drake. Porém, no que tange a este texto, não pretendemos fazer uma ode aos piratas ou corsários, mas sim mostrar a atuação das armadas guarda costas, que possibilitavam maior segurança para a navegação no império ultramarino português. O mito social criado em torno dos piratas, com suas embarcações, singrado os mares com flâmulas “July Ranger” na popa, por vezes mascara ações de violência descabida, levando a opinião pública a ter uma visão positiva dos mesmos, algo moralmente questionável. A importância das batalhas navais como motivação da colonização portuguesa na América pode ser medida na presença do combate aos corsários no Regimento de Tomé

10 ALBUQUERQUE, Luis. *As navegações de descobrimento e a navegação corsária no século XV*. In: *A Náutica e a ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1989, p.7-24.

11 HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação os séculos XVII E XVIII rumo: Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 84.

de Souza, no qual afirmara:

Porque uma das principais cousas que mais cumpre, para se as ditas terras do Brasil melhor povoar, é dar ordem, como os corsários que a elas forem, sejam castigados, de maneira que não se atrevam a ir lá; vos encomendo muito, que tenhais especial cuidado, de tanto que souberdes que há corsários em alguma parte da dita costa, ireis a ela com os navios e gente que vos parecer bem, e trabalhareis pô-los tomar, e tomando-os, procedereis contra eles de maneira que se contém em uma Provisão minha que, para isso, levais.

A guerra de corso, diferenciada da pirataria pura e simples, pode ser compreendida no interior do *ethos guerreiro* da Idade Moderna, no qual os mercenários eram figura constante no interior dos exércitos e armadas. Em outra fonte histórica do século XVI, o primeiro tratado naval impresso em língua portuguesa, *A Arte da Guerra do Mar*, publicado em 1555 e da autoria do padre Fernando Oliveira, a preocupação com o combate aos corsários se faz presente para o tratadista legitimar os combates no mar. Segundo o mesmo, deve se combater...

Porque o mar é mui devasso, e os homens não podem escusar de negociar por ele suas fazendas, uns mercadejando, outros pescando, e outros como lhe vê bem, e dali trazem mantimento e provimento para a terra, por tanto cumpre que nele se ponha muito recato, porque ou com medo ou com severo castigo, seja retraída a ousadia dos corsários, que por ele soltamente roubam, e cometem crimes grandes¹².

A perspectiva estratégica proposta tanto pelo Regimento de Tomé de Souza quanto pelo padre Oliveira era a da dissuasão. Segundo o padre Fernando Oliveira, deveriam os portugueses ser dotados de forças navais capazes de impor o respeito de nações beligerantes que buscavam, de forma violenta, pilhar as riquezas que Portugal transportava pelos mares. A necessidade da utilização de forças militares contrárias a ação corsária explicam a construção de fortalezas ao longo do litoral brasileiro. A ação da artilharia foi um dos principais destaques nos combates navais nos quinhentos¹³. Por esta razão, uma das principais medidas do Estado português e espanhol foi artilhar o litoral americano, com a construção de fortalezas que impedião tanto a ação colonizadora de outras nacionalidades (não ibéricas) quanto à ação de corsários¹⁴.

Porém, não fora apenas com a presença dos canhões que os mares brasileiros se mantiveram portugueses. A presença de colonizadores em pontos estratégicos fora de fundamental importância.

12 OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra do Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1969, p.19.

13 FONSECA, Luis Adão. *De Vasco a Cabral*. Lisboa: Instituto Camões, 2000, p. 197.

14 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p.30-31.

Estes colonizadores aprendiam com os indígenas algumas formas de sobreviver nas florestas tropicais. Tendo os mesmos ofertados aos indígenas objetos com matérias-primas que os nativos desconheciam¹⁵. Recorrendo novamente ao tratado naval *A Arte da Guerra do Mar*, podemos observar que estas trocas culturais eram um ponto estratégico importante ao contemplarmos uma observação a respeito das madeiras, principal matéria-prima para a construção de embarcações nos domínios portugueses de além-mar:

Em algumas terras quentes crescem também as arvores muito, como fazem no Brasil e muito mais na Guiné, onde não falta quentura mas sobeja o viço e umidade, porém esta umidade assim temperada com a virtude terrestre, que faz a madeira maciça e forte, de tal maneira que sempre tem vez¹⁶.

A utilização de matérias-primas tropicais na fabricação de embarcações nos domínios portugueses fora apontada como atitude prudente e salutar pelo pioneiro estrategista naval lusitano. Em consonância com esta idéia, podemos observar que nos principais combates ocorridos no Brasil quinhentista que tiveram o mar como palco (o combate aos corsários e na França Antártica), a adaptação de técnicas navais européias e indígenas foi uma constante. Esta história de adaptabilidade técnica não foi apenas sentida no nível tático dos combates marítimos. As estratégias navais no Brasil do século XVI estavam também sofrendo a influência dos indígenas. Pois, além do fato de serem os principais conhecedores dos mares brasileiros, a aliança com os indígenas era vital para os portugueses, que estavam sofrendo ameaças dos franceses e ingleses e, ao mesmo tempo, de tribos indígenas do sertão, inimigas dos nativos litorâneos¹⁷.

Ao contrário das guerras navais no atlântico sul do século XVII, que tiveram expressões intercontinentais, como nas campanhas da Restauração Pernambucana e a conquista de Angola frente à dominação holandesa¹⁸, as batalhas navais do Brasil quinhentista tiveram como personagens principais embarcações de pequenos calados, responsáveis pelos domínios portugueses no confronto aberto contra a França e contra as piratarías inglesas.

A presença das canoas de guerra acompanhando os portugueses e os franceses pela disputa em torno do domínio do porto natural atlântico da Bahia da Guanabara, batizada pelos portugueses como cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é um dos dados irrefutáveis. Pois, sem a presença

15 SILVA, Geraldo Luiz. *A festa, a faina e o rito*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.48-54.

16 OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra do Mar*. Lisboa: Ministério da Marinha, 1969, 33.

17 ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p117-154.

18 PUNTONI, Pedro Luis. *A Miserable Sorte*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 50-61.

dos indígenas, é difícil refletirmos sobre esta guerra. Estácio de Sá, um dos principais comandantes militares portugueses fora morto por uma flechada indígena. O que demonstra a capacidade beligerante dos nativos americanos.

Podemos elencar a presença de diversas embarcações de pequenos calados indígenas, na qual se destacam as canoas e jangadas. A utilização de embarcações indígenas foi fundamental para o domínio português no litoral do atlântico sul, como podemos observar em alguns escritos quinhentistas. Por volta de 1600, escreveu Fernão Cardim, no clássico, Tratado da Terra e Gente do Brasil.

Neste Brasil há arvoredos em que se acham árvores de notável grossura, e comprimento, de que se fazem mui grandes canoas, de largura de sete e oito palmos de vão, e de comprimento de 50 e mais palmos, que carregam como uma grande barca, e levam 20 e 30 remeiros¹⁹.

Pero de Magalhães Gandavo, em sua História da Província de Santa Cruz, traz o relato das jangadas indígenas:

Jangadas, que são uns três ou quatro paus pegados nos outros e juntos, de modo que ficam à maneira dos dedos de uma mão estendida, sobre os quais podem ir duas ou três pessoas, ou mais se mais foram os paus, porque são mui leves e sofrem muito peso em cima d'água²⁰.

Também Gândavo nos traz um retrato da Guerra entre os nativos americanos:

E somente com sede de vingança, sem esperanças de despojos, nem de outro algum interesse que a isso os mova, vão muitas vezes buscar seus inimigos mui longe, caminhando por serras, matos, desertos e caminhos mui ásperos. Outros costumam ir por mar de uma terras para outras em umas embarcações a que chamam canoas quando querem fazer saltos ao longe da costa. Estas canoas são feitas à maneira de lançadeiras de tear de um só pau, em cada uma das quais vão 20, 30 remeiros²¹.

Pode-se lembrar através dos escritos quinhentistas que o Brasil colonial possuía grande quantidade de embarcações indígenas nos rios e mares. Nos demais séculos do Brasil Colonial e Império notamos a presença de híbridos culturais nos rios e mares brasileiros. Por híbridos culturais podemos relacionar certas embarcações que possuíam aspectos europeus e indígenas. *Embarcações Mamelucas*. Um exemplo máximo foram as canoas artilhadas. Pois, trata-se de uma típica embarcação

19 CARDIM, Fernão. Tratado da Terra e Gente do Brasil. São Paulo, Hedra, s.d, p. 121.

20 GÂNDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz. São Paulo, Hedra, s.d, 128

21 Idem, p.129.

mestiça empregada pelo colonizador como nave de guerra. As possibilidades são grandes de pensarmos em embarcações mamelucas. Pois, grande parte dos rios do interior brasileiro, que fora singrado pelos bandeirantes, teve nas canoas um dos principais meios de transporte. As jangadas também podem ser consideradas como “embarcações mamelucas”. Pois as mesmas possuem madeiras e forma de construção nativa, acrescidas de velas européias.

A história das embarcações do Brasil quinhentista é uma história sobre a cultura material. Revela-nos que a relação entre os indígenas e os portugueses era mediada através da violência. E que as guerras nos trópicos modificaram as técnicas militares e navais das nações européias. Talvez mais que caravelas, as jangadas possam ser os símbolos dos contatos entre indígenas e europeus nas praias brasileiras há quinhentos anos, pois foi o retrato da junção de técnicas européias e indígenas²².

A presença de uma poderosa armada pode ser considerada como um dos principais indícios da riqueza de uma nação. Assim, podemos compreender que se trata de um imperativo dos Estados proverem marinhas para a defesa do comércio das nações. Todavia, se a presença de uma marinha de guerra com grande poder de fogo é um símbolo de poder, o padre Antônio Vieira retrata o que ocorrera com Portugal no setecentos:

Não estamos em tempo de El-Rei D. Manuel ou D. João II, em que só nossos astrolábios sabiam navegar, e só nossos galeões tinham nome. Holanda, Inglaterra e França se têm feito potentíssimos no mar, e por isso uns podem contrastar e outros resistir à fortuna nos maiores apertos dela; e, porque Espanha (cujos erros nós seguimos devendo aprender deles) o não fez assim, se começou a perder e perderá de todo, se não abrir os olhos como já parece quer fazer. (...) E não nos envergonhamos de se saber no mundo que consta a nossa armada de três fragatas!²³ (Carta a D. Rodrigo Menezes)

O poder e a coragem expressa na pena de Camões nos Lusíadas sobre o potencial marítimo português durante o século XVI se demonstraram apequenadas na constatação de Vieira, sacerdote do século XVII. A partir deste momento, as ações das embarcações lusitanas não era as maiores no cenário geopolítico mundial. Foram suplantadas pelos holandeses e, posteriormente, pelos ingleses. Mesmo com esta perda de prestígio e poder, o Brasil continuou em “mãos portuguesas”. Podemos afirmar que as embarcações mamelucas auxiliaram neste domínio marítimo.

Foram os indígenas os principais carpinteiros navais, grande parte da mão-de-obra utilizada

22 SILVA, Luiz Geraldo. A Festa, a faina e o rito. Petrópolis: Vozes, 1999, p.48-54.

23 VIEIRA, Antônio. Cartas. Porto Alegre: W. M. Jackson, 1970, p.145-146.

pelos estaleiros coloniais, em pontos distintos do litoral brasileiro colonial. Em grande parte, a perspectiva de pensarmos a importância dos indígenas de maneira isolada pode mascarar certas facetas dos combates e do comércio realizado no Brasil Colonial. Por isso, uma opção conceitual é pensar as embarcações mercantes e de guerra no Brasil quinhentista como mameluca. Pois ela somou elementos culturais indígenas com formas européias de construção naval, possibilitando novas formas dos homens lidarem com o mar. Muitas das técnicas navais sínteses entre indígenas e portugueses ainda possam estar presentes nos mares do Brasil, em muitas das comunidades caiçaras, que utilizam embarcações típicas do litoral brasileiro. Porém, esta é apenas uma conjectura. De fato, as fontes quinhentistas nos permitem pensar em uma esquadra mestiça a singrar os mares brasileiros no século XVI.

O antropólogo Darcy Ribeiro²⁴, um dos vários interpretes da nacionalidade brasileira, apontava o mameluco como o primeiro a se considerar brasileiro. Isto porque não era português, como o pai, mas não se considerava indígena, como a mãe. Assim, foi este o primeiro tipo étnico a se identificar culturalmente como pertencente ao Brasil. Assim, do ponto de vista da história naval brasileira, também podemos considerar que nossa primeira marinha não foi a composta por Lord Cochrane, mas sim as embarcações mameucas quinhentistas, que em seus múltiplos aspectos, nos fazem lembrar que somos uma nação miscigenada e com capacidade criativa para lidar com os desafios da navegação nos rios e mares brasileiros.

24 RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

EDUCAÇÃO MILITAR NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO¹

Military Education in Brazil: A brief history

Jefferson Gomes Nogueira ²

RESUMO

Pesquisamos a história da educação militar no Brasil, tendo como objetivo compreender a sua evolução histórica, que caminha com a evolução da história do próprio Exército Brasileiro. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, intitulada Educação Militar: Uma Leitura da Educação no Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). Buscamos na origem da educação militar os elementos que nos permitam compreender o *ethos* militar aplicado na prática pedagógica dos Colégios Militares. Os resultados obtidos nessa etapa da pesquisa no permitiram compreender como se deu a idealização da educação militar no Brasil e quais seus vínculos e influência na prática pedagógica do SCMB.

Palavras-chave: História da educação, História da educação militar, Exército Brasileiro.

ABSTRACT

Researched the history of military education in Brazil, aiming to understand its historical evolution, who walks with the evolution of the Brazilian Army's own history. This work is part of a research dissertation in Education, Federal University of Mato Grosso do Sul, entitled Military Education: A Reading of the Education System of Military Colleges of Brazil (SCMB). We seek the origin of military education elements that allow us to understand the military ethos applied to the pedagogical practice of Military Colleges. The results obtained in this phase of the research allowed us to understand how the idealization of military education in Brazil was and what its ties and influence in the pedagogical practice of SCMB.

Keywords: History of education, History of military education, Brazilian Army.

¹ Esta pesquisa é parte da dissertação (em andamento) de mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Professor de Pós-graduação do Instituto Master de Educação e Cultura. Sociólogo. Mestre em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Contatos: Jefferson_gn35@yahoo.com.br e prof_jefferson@yahoo.com.br

Este artigo tem como gênese a constituição da educação militar no Brasil, onde buscamos traçar a sua evolução história visando compreender a educação no âmbito do Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB). A simples agregação do termo militar à educação já desperta interesse. No dicionário encontramos as seguintes definições: *mi.li.tar adj (lat militares)*. 1. Que diz respeito à guerra, à milícia, às tropas. 2. Que se baseia na força militar ou nos costumes militares. 3 Determinado pelas leis da guerra. 4 Pertencente ao exército (em contraposição a *civil*). 5 Próprio de quem segue a carreira das armas, tendo como função específica a defesa da Pátria. 6 Que ama a carreira das armas. *SM*. Aquele que faz parte do exército ou segue a carreira das armas; soldado.

O termo militar serve para indicar os profissionais ou membros das instituições que possuem a autorização para o “uso legítimo da força”. Segundo Max Weber (1864-1920), O Estado moderno é “[...] uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...] reivindica o monopólio do uso *legítimo* da violência física” (WEBER, 1919, p. 60).

No caso específico do Exército Brasileiro (EB) - na definição acima citada, “4. *Pertencente ao exército (em contraposição ao civil)*” - fica clara quando observamos sua estrutura organizacional que funciona, muitas vezes, como se fosse uma sociedade dentro da sociedade.

O Exército conta com Centros de Formação Profissional³ próprios; possuem um sistema habitacional para os militares; um amplo sistema de assistência à saúde, tanto para os militares quanto para seus dependentes; possui assistência religiosa e, com o nosso objeto de pesquisa indica, possui o Sistema dos Colégios Militares do Brasil (SCMB), que dá assistência educacional para os filhos de militares e, mais recentemente, para os filhos de civis⁴. Todos esses aspectos possibilitam à Instituição um relativo funcionamento, independente da sociedade civil.

Através do Estado do Conhecimento que realizamos, mais especificamente sobre as pesquisas com temas variados sobre os Colégios Militares, pudemos notar um crescimento, ainda tímido é verdade, de pesquisas nessa área do conhecimento. Já nos estudos atinentes a história da Educação Militar no Brasil, a maioria dos especialistas que encontramos são autores militares, haja vista que esta temática ainda não tem uma significativa ressonância no meio acadêmico.

A contribuição do Exército para a cultura nacional e a valorização do homem brasileiro, conquanto seja assunto de evidente interesse histórico e social, não tem merecido o adequado enfoque pelos que escrevem a história da educação nacional (TAVARES, apud LUCHETTI,

3 Dentre os vários centros de formação temos a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), a Escola de Sargentos das Armas(ESA), o Instituto Militar de Engenharia (IME), dentre outros.

4 Os filhos dos militares entram nos Colégios Militares por amparo legal, os filhos de civis via processo seletivo.

2006, p.63).

A instituição Exército Brasileiro sempre viu na educação uma oportunidade de fazer a interação ou de estreitar laços com a sociedade civil, buscando diminuir as barreiras historicamente existentes entre militares e civis, que se ignoravam mutuamente. Assim, suas escolas cumprem o papel de transmissoras da cultura e dos valores militares, onde, “A preocupação na formação intelectual do aluno vem acompanhada de um interesse em formar um determinado indivíduo para uma determinada sociedade”. (LEAL, 2009, p. 01).

Desta forma, a educação militar exerce a função de preparar seus alunos, tanto para as carreiras militares, quando para o exercício nas diversas profissões e funções públicas civis, sempre transmitindo e preservando os valores éticos, históricos e culturais da Instituição.

O Exército utiliza a educação como uma ponte entre setores militar e civil; assim sendo, os Colégios Militares despontam como uma forma eficaz de aproximação entre ambos os setores, fazendo com que os ideais defendidos pelo Exército sejam disseminados nos demais setores da sociedade civil.

O processo educacional do Exército passou por várias fases. Numa primeira fase germinal, encontra-se no período anterior à vinda da Família Real ao Brasil (1699 a 1808), onde o ensino era precário e improvisado. A chegada da Corte Portuguesa e da Família Real em janeiro de 1808, demandou o planejamento de uma reestruturação do Exército, visando uma força militar mais eficiente e menos “amadora”. Nesse período foi criada a Real Academia, onde funcionavam, concomitantemente, cursos eminentemente militares e cursos de engenharia.

Neste contexto, a origem do ensino militar no Brasil é bastante antiga, e remonta ao fim do século XVII. Segundo Pirassinunga (1958), vamos então encontrar o primeiro vestígio do ensino militar, em 1698, no Rio de Janeiro, nas lições mandadas dar aos contestáveis e Artilheiros dessa Praça, sobre uso e manejo da artilharia. Este ensino foi ordenado pelo Rei em Carta Régia de 22 de outubro de 1699.

[...] e ser conveniente a meu serviço haver Mestre que lhes dê lição por estarem comendo os seus soldos com pouco préstimo no seu ofício. E pareceu-me, dizer-vos que quando o Engenheiro que eu nomear em lugar de Gregório Gomes, não tenha a ciência que convém do uso e manejo da arma para o ensinar, neste caso se tratará de prover outrem no posto de Capitão da Artilharia desta Praça, e por ora esta doutrina a pode dar na Cadeia o Engenheiro onde é mais fácil recebê-la os que quiserem aprendê-la do que ir o mesmo

Engenheiro às fortificações para cuja diligência o mando desembaraçar na prisão em que está. (PIRASSINUNGA, 1958, p. 9).

Segundo LUCHETTI (2006), o ensino militar no Brasil Colônia era precário e as aulas eram ministradas de forma avulsas e descentralizadas. O primeiro núcleo de formação de ensino militar no Brasil foi o *Curso Prático de Fortificação* instalado em 1699 na cidade do Rio de Janeiro.

Sua finalidade era a preparação de um pequeno número de portugueses, ou de seus descendentes, para dirigir a construção de fortificações na costa litorânea de modo que estas facilitassem a ação defensiva portuguesa contra as investidas de ataques estrangeiros. (LUCHETTI, 2006, p.64)

Estas iniciativas educacionais visavam atender as demandas por um mínimo de instrução que possibilitasse a defesa da Costa Brasileira.

Esse ensino, como característica da época, era ministrado em aulas, que eram cursos avulsos e descentralizados, com finalidades específicas tanto para formações técnicas quanto profissionais. Era um ensino específico voltado para atender às exigências imediatas da defesa nacional. (LUCHETTI, 2006, p.64)

Curiosamente o ensino militar começou por aulas ministradas na cadeia da cidade do Rio de Janeiro, dadas pelo então Capitão-Engenheiro Gregório Gomes, por ordem do Rei de Portugal. Em 1699, através da Carta Régia de 15 de janeiro, D. Pedro II, rei de Portugal, resolve a criação de uma Aula de fortificação, no Brasil.

Artur de Sá e Menezes. Amigo. Eu El Rei vos envio muito saudar. Por ser conveniente a meu serviço, Hei por bem que nessa capitania em que há engenheiro, haja aula em que possa ensinar a fortificar , havendo nela três discípulos de partido, os quais serão pessoas que tenham capacidade necessária para poderem aprender, e para se aceitarem terão ao menos 18 anos de idade, os quais sendo soldados se lhes dará além do seu soldo meio tostão por dia; e não o sendo, vencerá só o meio tostão; e todos os anos serão examinados para ver se se (sic) adiantam nos estudos e se tem gênio para eles, porque quando não aproveitem incapacidade serão logo excluídos,e quando não seja pela pouca aplicação. Se lhes assinará tempo para se ver o que se melhoram; e, quando se não aproveitem nele serão também despedidos. E quando haja pessoas que voluntariamente queiram aprender sem partido, serão admitidas, e ensinadas para que assim possa nessa mesma Conquista haver engenheiros, e se evitem as despesas que se fazem ao meu serviço, enquanto chegam depois dos outros serem mortos, de que me pareceu avisar-vos, para que tenhais entendido a resolução que fui servido tomar neste particular; e esta ordem mandareis regular nas partes necessárias, e fareis com que se faça

pública para que venha a notícia a todos. Eu vi-a “Rei”. Conde de Alvor. (PIRASSININGA, 1958, p.9).

Tem-se, assim, o primeiro registro da gênese do ensino militar no Brasil, da forma de admissão e dos critérios de avaliação por que deviam passar os primeiros alunos. Em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa, começa uma nova fase da educação militar no Brasil. A necessidade de um Exército minimamente eficiente para suprir as demandas de segurança da família Real, fez com que D João VI determinasse que o Exército passasse por uma reestruturação, o que implicava, diretamente, numa reforma no modo de instruir os militares da Corte.

AS PRIMEIRAS ACADEMIAS MILITARES NO BRASIL

Em 1792, foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, pelo Conde de Resende, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, primeira Escola Militar das Américas. A história da educação militar no Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento do Exército Brasileiro e a criação das Forças Armadas, que remontam à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808. “[...] o Exército, na concepção moderna da palavra, é um acontecimento do século XIX, que no Brasil começa a ser efetivamente pensado a partir da chegada da família Real”. (TAVARES, 2008, p. 50).

A Carta de 21 de dezembro de 1792, o Conde de Resende remete a D. Martinho de Melo e Castro, o Estatuto da Academia e da sua inauguração.

Remeto á V. Exa. Os Estatutos da nova Aula Militar que no dia 17 do presente mês, por ser o dos Anos de Sua Majestade, mandei abrir nesta Cidade, á qual assisti com um grande numero de oficiais e concurso de muitas pessoas, que além dos matriculados, a quem com antecedência havia prevenido e feito avisar para assistirem a este ato, poderão aproveitar-se dos Estudos da mesma Aula. (PIRASSININGA, 1958, p.29)

Em 1795 ocorreu a criação de uma Academia Militar destinada, exclusivamente, a formar oficiais da Arma de Infantaria⁵. Esta criação se deu pela não adaptação dos alunos infantis às aulas ministradas na Real Academia da Artilharia, Fortificações e Desenho. Segundo Pirassininga (1958), esta Academia serviria exclusivamente aos alunos de infantaria, sendo denominada de Nova academia

⁵ A carreira militar é dividida em Armas, Quadros e Serviços. Dessa forma, temos como Armas a Infantaria, Artilharia, Engenharia, Comunicações etc. Como Quadros a intendência, a topografia etc. Como serviço o Serviço de Saúde do Exército.

de Aritmética, Geometria Prática, Fortificação, Desenho e Língua Francesa, sendo erigida na Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1795.

Uma das características dessa nova Academia Militar era a rigidez com que os alunos eram tratados, conforme um decreto do Conde de Resende, datado de 20 de junho de 1797.

Todo o Estudante, seja qual for a sua graduação, que faltar nos dias de Estatuto à Aula, não qualificando as causas que tem para o fazer, e que sendo advertido e convencido do seu delito, se não corrigir, o suspendo do exercício do seu Posto, e o prenderei em uma Fortaleza, não lhes assistindo senão com metade do Soldo da sua Patente; pois como S. Magestade (sic) despende para a conservação do seu Exército imensas somas estas se inutilizam quando se empregam em pessoas inhabeis (sic) e até prejudicialíssimas (sic) porque abandonando-se ao domínio dos seus vícios não podem jamais sujeitar-se as regras da virtude, do valor, do patriotismo e da ciência. (PIRASSININGA, 1958, p.53)

Em 27 de janeiro de 1808, Dom João VI que governava o Reino de Portugal em nome de sua mãe D. Maria I, fugindo da invasão do Exército Frances, chega ao Brasil, se instalando inicialmente em Salvador, na Bahia. Dom João se deparando com a precariedade das forças destinadas a segurança territorial e incumbiu seu Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, da criação de um Exército, pois “[...] os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltava-lhes articulação e o sentido de conjunto, próprios dos organismos militares evoluídos”. (VIANNA, 1956, p. 268).

Nesse período teve início toda uma remodelação do ensino militar no Brasil. Assim no dia 5 de maio de 1808, é mandado estabelecer a Real Academia de Guardas-Marinha no Convento de São Bento, no Rio de Janeiro. (PIRASSININGA, 1958).

O Príncipe Regente, Nosso Senhor houve por bem destinar as hospedarias dos Religiosos Beneditinos para nelas se estabelecer a Real Academia das Guardas-Marinha; pelo que ordeno o mesmo senhor de Vm.(sic) proceda logo a encomendar os armários, bancos e cadeiras que forem necessárias para esse fim, mandando fazer tudo por ajuste, de que dará parte a esta Secretaria de Estado para que se mande entregar a Vm.(sic) O valor da importância. Ao dito Abade do Convento de S. Bento escrevo agora participando-lhe (sesta real determinação de Sua Alteza real, afim de que desocupe e entregue as referidas hospedarias, para que Vm.(sic) as possa ocupar de fazer os convenientes melhoramentos. Deus Guarde a Vm.(sic). Paço em 5 de maio de 1808. (PIRASSININGA, 1958, p.59).

A criação de um Exército que garantisse a segurança da Família Real passava pela idealização

de um processo educacional capaz de instruir os futuros oficiais militares, pois somente bem instruídos, eles seriam capazes de dar sustentabilidade a um Exército forte e eficiente, nos moldes dos exércitos europeus.

Assim, a estruturação de um exército compatível com as necessidades vigentes passaria inevitavelmente pela formação de um corpo de oficiais como primeiro elemento, no sentido de reformar o Exército para dar-lhe disciplina e instrução. Ideia que tem sua materialização com a criação da Real Academia Militar, dois anos após a chegada da família real, aprovada pela Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810.(TAVARES, 2008, pp. 50-51).

Desta forma, a Real Academia Militar⁶, criada por “Carta de Lei” em 4 de dezembro de 1810, foi inaugurada efetivamente em 23 de abril de 1811, tendo o tenente-general Carlos Antônio Nacion como seu primeiro comandante. (PIRASSININGA, 1958)

Essa academia foi instalada no mesmo local da anterior e foi chamada também de Casa do Trem da Artilharia, hoje Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. A Casa do Trem destinava-se à guarda do “Trem da Artilharia”, conjunto de apetrechos bélicos usados na defesa da cidade, e, mais tarde, abrigou o Arsenal de Guerra. Em 1812, a Casa do Trem foi transferida para o Largo de São Francisco, local que oferecia melhores condições para o exercício da arte da guerra. Com a Independência do Brasil, em 1822, passou a chamar-se Imperial Academia Militar e, durante o Período Regencial, denominou-se Academia Militar da Corte.⁷

O ensino da Real Academia Militar foi padronizado pelo modelo francês. Este modelo de ensino foi cuidadosamente preparado e submetido a atualizações constantes. Esse progresso foi possível graças a adoção de livros franceses, sempre atualizados “para elevar o nível da cultura de seus homens, dando-lhes acesso às ideias novas, que eram privilégio e monopólio exclusivo dos colonizadores ou de poucos brasileiros premiados com o curso em Coimbra” (TAVARES, apud LUCHETTI, 2006, p.68). Com a Real Academia Militar ocorre a progressiva substituição dos oficiais portugueses por oficiais brasileiros nos postos de comando.

Luchetti (2006) destaca que a Real Academia recebeu várias denominações diferentes de acordo com as finalidades prepostas.

⁶ A criação dessa escola fez parte da reforma pedagógica, instituída pelo Estado. A Academia instalou-se no ano seguinte, 23 de abril de 1811, na Academia do Trem, donde se transferiu em 1812, para o edifício do Largo de São Francisco, sede, hoje, da Escola Politécnica do Rio de Janeiro. (LUCHETTI, 2006, p. 67)

⁷ Academia Militar das Agulhas Negras. Disponível em www.aman.ensino.eb.br. Acesso em 07 Set 2013.

Em 1822, proclamada a Independência, a Academia passou a ser designada de Imperial Academia Militar; em 1832, de Academia Militar de Marinha, quando nela se incorporou a Academia Imperial da Marinha (1832), e em 1838 de Escola Militar, quando da separação definitiva entre a Marinha e o Exército (LUCHETTI, 2006, p. 67).

Tavares (2008) ressalta que na “Carta de Lei” de 4 de dezembro de 1810”, era possível perceber as audaciosas intenções de seus criadores, que não se intimidavam em dizer suas pretensões quanto à formação de um Exército que estivesse em mesmo padrão de profissionalismo de exércitos de outras nações do velho continente.

Na carta caberia à junta militar da Academia o dever de propiciar as condições necessárias para levar os alunos “[...] ao maior grau de perfeição [...] a fim de que ali se formassem oficiais completamente habilitados [...] na arte da guerra e que nada nos exercícios possam encontrar que lhe sejam novos [...]” (MOTTA, apud TAVARES, 2008, p. 51).

Assim, por ordem de D. João VI, a Academia Militar ficou incumbida de funcionar com uma abrangência que vai além do ensino meramente militar, visando uma formação mais completa dos novos alunos.

[...] um curso completo das ciências matemáticas, de ciências de observações, quaes (sic) a física, química, a mineralogia, metalúrgica e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal, e das ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação, e artilharia, na forma que mando especificar; havendo uma Inspeção Geral que pertencerá ao Ministro e Secretário de Estado de Guerra, e imediatamente debaixo de suas ordens, à junta Militar que mando crear (sic) para dirigir o mesmo estabelecimento, que sou servido ordenar na forma dos seguintes estatutos [...] (PIRASSININGA, 1958, p.61)

Segundo Motta (apud TAVARES, 2008), a Academia Militar tinha dois objetivos específicos, bem definidos, quais sejam: Formar oficiais de infantaria e de cavalaria, sendo estes combatentes formados especificamente para as operações de guerra, e formar oficiais de artilharia e oficiais engenheiros⁸, incluindo geógrafos e topógrafos, aptos para direção de construção de estradas, pontes, portos, etc.

No Brasil, com o fim do Império e início da República, uma parcela da oficialidade do Exército

⁸ “No Império, pela reforma de 1845, também conhecida como reforma Gerônimo Coelho, foram atribuídos aos concludentes da Academia os títulos de bacharel e de doutor: os títulos indicativos de postos hierárquicos foram substituídos pelo “doutor”, mais especificamente, oficial-doutor e oficial-bacharel”(LUCHETTI, 2006, p. 70).

era formada na Escola Militar da Capital Federal (1889 –1898), local que continuava a ser um centro militar de estudos de matemática, de ciências físicas e naturais, desde 1858, com a criação da Escola Central, local em que se ministrava um ensino basicamente científico, deixando o ensino militar profissional em segundo plano. A Escola Militar da Capital Federal foi substituída pela Escola Militar do Brasil (1898 – 1905), que manteve as mesmas características de suas antecessoras (RODRIGUES, 2008, p. 59).

Apesar do grande avanço que representou para o ensino militar a criação da Real Academia, as dificuldades encontradas para a administração da Academia foram inúmeras: “[...] falta de professores, de livros, reprovações significativas, número reduzido de formandos e o crescente sentimento da sua inadequada prática pedagógica pelo teorismo exagerado e pela pouca atividade prática-militar” (LUCHETTI, 2006, p. 67).

A extinção da Academia Real Militar se deu através do decreto nº 2.116, de 1º de março de 1858, o qual cria a Escola Central do Exército, também na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1858, Em substituição à Academia Real Militar, foi criada pelo decreto número 2.116, de 1o de março de 1858, a Escola Central do Exército que, além de atender à dupla formação, de militares e de engenheiros, passou a funcionar em dois prédios diferentes: na Praia Vermelha, com a formação de oficiais, e no Largo de São Francisco, o centro de formação de engenheiros civis, o único do período. “Numa as matemáticas, as ciências físicas, o estudo da Engenharia; noutra o regime militar rigoroso, a ordem unida, o acampamento, o manejo das armas, a prática do tiro” (MOTTA, 1998, p.113).

Segundo Luchetti (2006), esta divisão da Escola Central do Exército, proporcionou uma dicotomia na forma de ensino do Exército. Enquanto uma parte, a da Praia Vermelha, primava mais pela operacionalidade da tropa, a Escola do Largo de São Francisco, visava uma formação mais técnica e científica, ficando assim bem delimitados os objetivos da nova escola.

A Escola da Praia Vermelha, de formação eminentemente militar recebeu o nome de Escola de Aplicação do Exército, e durante o período de 1855 a 1874 passou por várias reformulações que primavam, na essência, pela regulamentação do currículo aplicativo de regime acentuadamente militar, pelos rigores da disciplina e regime de internato, com horários pré-determinados e rígidos, e pelo tempo dedicado ao estudo. A Escola Central do Exército, do Largo de São Francisco, no período compreendido entre 1855 e 1874, tratou da formação de engenheiros civis [...] (LUCHETTI, 2006, pp. 71-72).

Ainda nesse período foram criados dois cursos “preparatórios”, cujas finalidades eram de preparar os futuros candidatos às escolas militares. Segundo Luchetti (2006), em 1858 foi criado o primeiro curso preparatório, sob-responsabilidade do Ministério da Guerra, com duração de um ano. As disciplinas ministradas eram o Latim, história, geografia, aritmética, álgebra, geometria e metrologia. Já em 1863, foi criada a Escola Preparatória de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, com os mesmos objetivos.

Luchetti (2006) ressalta que estes cursos preparatórios são considerados o marco inicial da introdução do ensino secundário militar, que cumpria duas funções específicas: primeiro, visavam preparar os alunos com uma base educacional sólida, que lhes garantissem o acompanhamento do ensino superior nas Escolas de Formação. Num segundo momento, visavam garantir aos filhos de militares tivessem o devido respaldo do Estado na sua educação secundária.

Desde então, aos poucos, foi sedimentada a ideia de que ao Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, aos alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciência. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos dos militares. Os dois ângulos se somando acabaram por impor uma política educacional uniforme e permanente, já agora secular. Se há uma tradição, na vida do Exército Brasileiro, é esta de ser, também, uma agência realizadora do ensino médio, pois que aquela política, vinda de 1858, acabou por se fazer realidade incontestável, acima dos partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem. São seus passos, ou marcos crescentes: o ‘ano preparatório’, o ‘curso preparatório’, ‘a escola preparatória’ e o ‘colégio militar’. (MOTTA, apud LUCHETTI, 2006, p.72).

Dentro desse contexto, em 1989, é criado o primeiro Colégio Militar do Brasil, o atual Colégio Militar do Rio de Janeiro, que faz parte da rede de ensino militar denominada de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB).

Em 1906 o Exército cria a Escola de Guerra, na cidade de Porto Alegre – RS. Essa Escola se destinava a aprimorar a formação combatente dos oficiais do Exército. Em 1913, com a criação da Escola Militar de Realengo (EMR), no Rio de Janeiro, ocorreu o fechamento da Escola das Armas de Porto Alegre, a qual foi transferida para Realengo, para unificação de todas as Escolas Militares.

A Escola Militar do Realengo passou, então, a formar a elite dos oficiais do Exército por quase quarenta anos.

Após a sedição militar que envolveu seus alunos, em 14 de novembro de 1904, durante a Revolta da Vacina, a Escola Militar do Brasil foi fechada e dividida em quatro escolas: a Escola de Guerra de Porto Alegre, a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, a Escola Preparatória e Tática no Realengo e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia no Realengo, que tinham como ideia principal abandonar o cientificismo anterior e imprimir um conceito mais prático e objetivo na formação do oficial do Exército. As quatro Escolas que sucederam a Escola Militar do Brasil foram sendo unificadas até serem transformadas, em 1913, na Escola Militar do Realengo. (RODRIGUES, 2008, p. 58)

Diferente das demais, a Escola Militar do Realengo se destacava pela politização de parte de seus alunos. Havia uma clara dicotomia entre um grupo de militares que visavam unicamente as atividades profissionais; e outro grupo, mais politizado, que participou ativamente das agitações políticas dos anos de 1920.

Historicamente, a Escola Militar no Realengo passou um período de grandes agitações políticas, de 1922 a 1930, quando muitos alunos da Escola e oficiais intermediários (capitães e tenentes) foram punidos em virtude de sua participação no Movimento Tenentista, causando uma grande tensão entre um grupo de oficiais que pretendia isolar os militares de participações políticas, preferindo ver seus membros envolvidos com a prática profissional [soldado-profissional] e outro grupo que apoiava a participação na política [soldado-cidadão]. (RODRIGUES, 2008, p. 58).

A adesão dos alunos do Realengo a manifestações políticas, fez com que as novas Escolas de Formação de Oficiais revisassem seus currículos e passando a implementar uma formação profissional técnica/militar e a aplicação rigorosa dos preceitos disciplinares a seus alunos.

No contexto desse movimento de renovação ocorrido no início do século XX, tivemos o desencadeamento de uma repressão enérgica do Estado contra aqueles que participaram da Revolta de 1904 na cidade do Rio de Janeiro, tais como: repressão policial da massa popular; limpeza social do centro do Rio de Janeiro; abertura de Inquéritos e de Conselho de Investigação e de Guerra contra os militares envolvidos na Revolta, que culminou com a exclusão a bem da disciplina de 275 (duzentos e setenta e cinco) alunos da EMB; abertura de duas Escolas Militares no subúrbio do Rio de Janeiro (Realengo e Curato de Santa Cruz), uma em Rio Pardo, e uma em Porto Alegre, afastando seus alunos das intensas atividades políticas desenvolvidas na região. (RODRIGUES, 2008, p. 217)

Rodrigues (2008) destaca que no início do século XX, no período de 1910 a 1912, alguns oficiais brasileiros foram enviados para estagiar nos Corpos de Tropas da Alemanha. Estes oficiais

retornaram ao Brasil com novas ideias e influenciaram as transformações que ocorreram na doutrina do ensino militar a partir de então.

Ao voltarem [os oficiais], foram responsáveis pela divulgação da doutrina militar alemã através da Revista *A Defesa Nacional* e foram integrados a diversas unidades para divulgar os novos conhecimentos trazidos da Europa. Posteriormente alguns desses oficiais fizeram parte da chamada “Missão Indígenas”, cujo objetivo era instruir os alunos da Escola Militar no Realengo de acordo com o modelo germânico. (RODRIGUES, 2008, p. 59).

Esse contato entre oficiais brasileiros e alemães culminou numa ampla campanha por reformas na Instituição, visando transformá-la do ponto de vista profissional, abandonando o modelo até então existente que era considerado teórico-cientificista.

A EXPANSÃO DO ENSINO MILITAR

Inicialmente o ensino militar ficou mais concentrado na cidade do Rio de Janeiro, onde mais se desenvolveu. Mas antes mesmo da chegada da família real em 1808, já havia ordem para que se expandisse esse ensino para as outras regiões da Colônia.

Segundo Pirassininga (1958), durante o período colonial, o ensino militar foi também motivo de grande cuidado e preocupação por parte do governo português, que determinou que o mesmo fosse ampliado para outras Capitânicas. Com exceção de Pernambuco e da Bahia, esta expansão praticamente não existiu, ao que se atribui a falta de empenho dos outros governadores.

Já em 1705, através da Carta Régia de 7 de outubro, foi ordenado que o ensino militar fosse levado “a todas as partes em que, havendo Capitão Engenheiro ou Sargento-Mor, houvessem pessoas que quisessem aprender a engenheiros” (PIRASSININGA, 1958, p.79)

A imensa extensão territorial da Colônia, bem como as dificuldades de comunicação e acesso entre as capitânicas; a falta de disponibilização de materiais didáticos e recursos financeiros, bem como a escassez de pessoal qualificado para ministrar as aulas, dificultaram o cumprimento estrito dessas ordens vindas de Portugal. “Conquanto representasse esta Carta, como que uma ordem taxativa, não foi executada em nenhuma Capitania, a exceção da do Rio de Janeiro.” (PIRASSININGA, 1958, p.79).

A preocupação de Portugal com a expansão do ensino na Colônia era evidente, haja vista

a necessidade de segurança de seu novo Domínio. Em outra Carta Magna, datada de 06 de março de 1713, determinava aos Capitães donatários: “aos comandantes de armas que nos seus domínios promovessem o estudo das ciências Militares”.

Contudo, mesmo com as insistentes recomendações do Rei de Portugal, as condições diversas da colônia não permitiram que o ensino militar fosse implantado nas demais capitanias. Entretanto há alguns registros que nas capitanias de Pernambuco e Bahia ocorreram algumas aulas. “Da Capitania da Bahia temos notícia de uma Aula de Fortificação e Artilharia mandada criar pelo então Governador e Capitão General D. Manoel da Cunha Menezes, depois de Conde de Lumiar” (PIRASSININGA, 1958, p.80).

Inaugurada na capital da capitania, na cidade de Salvador, em 1774, esta Aula não teve longa duração, haja vista que os Governadores que sucederam D. Manoel não deram continuidade ao projeto.

Já na Capitania de Pernambuco, o ensino começou em 1788, com D. Tomaz de Melo, governador e Capitão-General daquela Capitania, criando a Aula Militar que funcionou com a seguinte orientação estatutária:

Atendendo o quanto importante e indispensável é no corpo militar hajam pessoas que possam desempenhar os postos que S. Magestade (sic) lhes confia, mando que se estabeleça nesta Praça de Recife de Pernambuco uma Academia Militar, em que se ensinem aquelas partes mais essenciais do Curso de Matemática de Belidor e Bezout que necessário seja para qualquer ação do real serviço [...](PIRASSININGA, 1958, p.81).

Desta forma precária, mas contínua, o ensino militar no Brasil foi se consolidando e ganhando importância, devida as necessidades de aprimoramento do Corpo de Tropa e da formação de um Exército que fosse capaz de fazer frente às constantes ameaças de invasões na costa brasileira. Neste trajeto, o ensino militar passou por inúmeras reformas até ganhar o contorno atual, sendo que, na maioria das vezes, estas reformas ocorrerem à revelia e à margem das reformas educacionais ocorridas no Brasil.

AS REFORMAS NA EDUCAÇÃO MILITAR

Desde o seus primórdios, a Real Academia possuía como fim formar oficiais eminentemente

combatentes, ou seja, aqueles oficiais aptos a atuarem na linha de frente, na linha de combate.

Para tanto, aquela instituição de ensino passou por diversas reformas no período compreendido entre 1831 e 1850. Segundo Luchetti (2006), a Real Academia passou por cinco reformulações em 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845, na tentativa de adequá-la ao seu fim, ou seja, ajustar o ensino militar às novas demandas da profissionalização militar.

Muitas reformas, alternância de regimes escolares, ausência de sistematização didática, aulas em sala, meramente expositivas, compêndios desajustados ao nível dos alunos, normas militares frouxas, senão inexistentes, eis o que pode ser dito como síntese do período (MOTTA, apud LUCHETTI, 2006, p.70).

Do fim do período monárquico, 1874 até o início da República, 1904, o ensino militar brasileiro passou por mais quatro reformas: 1874, 1889, 1890 e 1898.

A primeira delas [1874], conhecida como Regulamento Polidoro que desvincula do Exército a função de formação de engenheiros civis e centraliza numa só sede educacional (Praia Vermelha) os estudos militares. Além disso, delibera sobre o currículo, teórico e prático, delimitando o tempo de formação dos cursos das armas de Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Curso de Engenharia Militar (5 anos) e do Curso do Estado-Maior (4 anos), sendo, este último, voltado eminentemente para as atividades práticas. (LUCHETTI, 2006, p.77)

Na reforma de 1889 é criada a Escola Superior de Guerra (ESG)⁹, cuja finalidade era formar engenheiros, artilheiros e oficiais do Estado-Maior. A Reforma de 1890, conhecida como Benjamin Constant, retoma os estudos preparatórios de 3 anos e a profissionalização de 5, 6 e 7 anos para infantaria e cavalaria, artilheiros e oficiais do Estado-Maior, respectivamente. “Essa reforma trouxe perda de relevância ao ensino prático militar pela amplitude dada aos estudos das ciências gerais. O Regulamento de 1890 continuou oferecendo aos oficiais uma formação excessivamente teórica, faltando instrução militar adequada” (MOTTA, apud LUCHETTI, 2006, p. 77).

Para entendermos pormenorizadamente, quais motivos foram determinantes de todas essas reformas ocorridas no ensino militar brasileiro, deveríamos aprofundar nas análises das transformações por que passou o Exército e a sociedade brasileira naquele conturbado momento histórico – Guerra do Paraguai, abolição da escravatura, fim do regime monárquico, proclamação da república - assunto

⁹ Três anos depois da criação da similar norte-americana – O “*National War College*” – é fundada aqui a Escola Superior de Guerra, sob jurisdição do Estado Maior das Forças Armadas. BRASIL NUNCA MAIS: **Um relato para a História**. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 70.

relevante mas que, no momento, foge nossa temática. Entretanto não podemos deixar de mencionar qual era o papel que o Exército desempenhava antes e após a proclamação da república.

A criação de uma Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, pela Regência Trina Permanente que assumiu após a abdicação de D. Pedro I, foi inspirada na experiência da França¹⁰, e surgiu quando o país passava por um momento de intensa luta política e social. A Regência Trina via no Exército um pilar de sustentação do despotismo de D. Pedro I, dessa forma sentiu que era preciso garantir o fortalecimento do poder central, conciliar os interesses do governo imperial com os dos mandatários locais. Foi com esse intuito que a Guarda Nacional foi criada.

Desde o início do período regencial, o Exército era mal visto por aqueles que consideravam as tropas oficiais uma ameaça à ordem política e um instrumento de dominação do poder central. No entanto, com a Proclamação da República, em 1889 a situação se inverte. “No Império a sua [do Exército] posição política era considerada como marginalizada e, na República, assume posição privilegiada, de centro de poder, com a instauração da ordem burguesa e da composição social hierárquica do seu corpo”. (LUCHETTI, 2006, p. 79).

Germano (1993) destaca que no período monárquico-escravista¹¹, o Exército era permeado de elementos de origem popular, sendo que na república, tornou-se “[...] mais seletivo, mais excludente, com relação ao acesso de indivíduos oriundos das classes subalternas ao oficialato¹²” (GERMANO, 1993, p.40)

A marginalização e o desprestígio político do Exército, no Império [...] são motivados pela instauração de um aparato militar de defesa formado por uma estrutura dual. Instaurado pela composição entre a Guarda Nacional (1831) a qual servia diretamente ao Estado monárquico-escravista nas questões internas, e pelas tropas do Exército que cabiam, exclusivamente, a defesa externa. À Guarda Nacional competia o padrão político social privilegiado, enquanto que ao Exército era reservada uma tropa de excluídos sociais. (LUCHETTI, 2006, p. 79)

Com a importância e o novo papel político/social que o Exército Brasileiro assume após a

10 “A Guarda Nacional foi criada com base na experiência da França, que havia transferido a segurança do país para os próprios cidadãos, que teriam a função de auxiliar as forças policiais e o Exército a manter a ordem no país.” Disponível em www.infoescola.com/historia-do-brasil, Acesso em 23 Set 2013.

11 No Império, a Escola Militar, era o único acolhimento dos indivíduos menos favorecidos que pretendiam ascender socialmente. Na República, o cenário alterou, “o tipo comum que ali ingressava era o do jovem provinciano que, tendo verificado praça antes como medida preparatória, [...] encontrava na escola da Praia Vermelha o caminho natural” (SODRÉ, 1979, p. 166).

12 Oficialato é um termo utilizado para se referir ao oficial das Forças Armadas. Na hierarquia militar há Postos e Graduações. Os postos são dos oficiais, que se subdividem entre subalternos, intermediários, superiores e gerais; já os Praças se subdividem nas graduações de Soldado, cabo, 3º, 2º e 1º sargentos, Subtenentes e Praças especiais, que são os Aspirantes à Oficial.

Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, este dá continuidade às reformas nas esferas de sua política educacional de formação de seus quadros, implementando meios para selecionar candidatos com reais aptidões para a carreira militar¹³.

O novo Regulamento organizado em 1905 para os Institutos Militares de Ensino, após o fechamento da Escola Militar do Brasil e a abertura de quatro novas escolas militares que substituíram a anterior, foi uma tentativa de abandonar o modelo teórico-cientificista que existia e tentar introduzir um modelo mais prático e objetivo. (RODRIGUES, 2008, p. 216).

Na busca por candidatos que apresentassem disposição e aptidão para a carreira das armas, a proposta do Exército era de instituir um novo método de ensino que corrigisse as “falhas” relacionadas à instrução e a educação militar do passado. A proposta era a de um ensino voltado para as atividades eminentemente militares, em detrimento de uma formação humanística e crítica que levassem os seus alunos a se envolverem em questões políticas.

Esta nova postura do Exército com relação à educação militar e a formação de seus novos quadros, veio da influência e das pressões internas que os oficiais brasileiros que estagiaram na Alemanha exerceram sobre o comando, exigindo reformas na Instituição.

A organização do Regulamento da Escola Militar de 1913 tinha como objetivo continuar dando maior importância possível à instrução prática na formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, apesar de esbarrar na tradição do modelo teórico-cientificista. O novo Regulamento foi repercussão das pressões dos oficiais que estagiaram nos Corpos de Tropa da Alemanha, pela renovação da cultura militar. Em 1914, o Regulamento de 1913 sofreu algumas alterações em seus artigos, estabelecendo o ensino teórico-prático ou prático unicamente, ou seja, significava que a teoria deveria reduzir-se ao indispensável, e se possível, sempre seguida de exemplos práticos. (RODRIGUES, 2008, p.217)

O Exército sempre possuiu e manteve um aparato educacional auto-suficiente e autônomo, com amparo legal para criar e gerenciar a sua política pedagógica, que com o tempo foi se alterando e adequando às novas demandas da Força Terrestre. Desde a sua concepção, a educação militar passou por várias reformas, sempre procurando o aperfeiçoamento técnico profissional e o adestramento da tropa.

Rodrigues (2008), destaca que no período de 1905 a 1946, as reformas nos Institutos Militares

¹³ Sobre o processo seletivo para o quadro de oficiais do Exército, ver a Tese de Doutorado em História pela UERJ, de Fernando da Silva Rodrigues, de 2008, intitulada **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946**.

de Ensino Superior tinham o objetivo de acompanhar a evolução do ensino de formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1905, contextualizada pelo fim da revolta na Escola Militar do Brasil em novembro de 1904, foi mais uma tentativa para eliminar o excesso do chamado ensino teórico do currículo de ensino militar, procurando dar o máximo de relevo à instrução prática profissional. A reforma de 1913, como a anterior, buscava dar o máximo de atenção ao ensino prático. As reformas de 1918 e de 1919 foram consideradas por Jehovah Motta como dois Estatutos Gêmeos, pois estes regulamentos apareceram muito próximos no tempo, nas ideias e nos propósitos, e foram articulados ao desenvolvimento e ao fim da Primeira Guerra Mundial que, em tese, afetou muito a evolução do Exército Brasileiro, provocando reformas substanciais de estrutura, como o aumento de orçamentos da União. (RODRIGUES, 2008, p.13)

Rodrigues (2008) destaca que um marco divisório na história do Exército e, em consequência, nas Instituições Educacionais de Ensino Militar no Brasil, foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), devido à necessidade de fortalecimento das bases das Instituições Militares. No período pós-guerra o Ensino Militar começa a passar por sucessivas reformas, tendo sempre como foco a educação e formação dos oficiais do Exército.

A reforma de 1924 foi contextualizada pela necessidade de mudanças na estrutura do ensino verificada após a sedição na Escola Militar do Realengo em 1922 e responsável por abrir espaço para penetração da Missão Militar Francesa (MMF) em 1924. A reforma de 1929, que quase nada alterou o que já estava estabelecido, pois cerca de noventa por cento dos seus artigos repetiam o texto de 1924. A reforma de 1934, que foi suspensa em 1935. A reforma de 1940, apesar de promover poucas modificações, alterou em especial o tempo de duração do curso de formação de oficiais, que passou de três para quatro anos. Finalmente, a reforma de 1942, contrariando a reforma de 1940, retorna à duração de três anos do curso de formação de oficiais. (RODRIGUES, 2008, p. 14).

Todas essas reformas ocorreram à margem das reformas educacionais ocorridas no Brasil, sendo que, até hoje, o ensino militar possui uma autonomia regulamentada em Lei.

No entanto, podemos perceber que as reformas no sistema de ensino militar em nenhum momento acompanharam qualquer reforma de ensino feita no país, principalmente a reforma de 1931, de Francisco Campos e a de 1942, de Gustavo Capanema, que não fizeram qualquer ingerência no ensino militar do Brasil. Ao contrário, causaram um isolamento com relação ao sistema de ensino civil e problemas de equiparação nas estruturas do ensino militar e civil brasileiro, que até hoje permanecem. (RODRIGUES, 2008, p. 14)

Não obstante ao fato de que com estas reformas o Exército estava buscando o aprimoramento técnico profissional de seus quadros, visando torná-lo mais moderno, profissional e competitivo, havia também uma intenção de se formar profissionais mais preparados do ponto de vista doutrinário, voltados mais para as questões práticas em detrimento de uma formação teórica, sempre vista com ressalvas no meio militar.

A melhor interpretação para essas constantes reformas seria, em um primeiro momento, a necessidade de o Exército Brasileiro preparar melhor seu Corpo de Oficiais, buscando essas mudanças dentro do movimento da História Política Brasileira. Em um segundo momento, podemos dizer que a Escola Militar serviu como um laboratório para os interesses organizacionais e doutrinários do Exército, com o progressivo estabelecimento de um padrão de militar mais profissional e menos teórico. Esse momento foi estabelecido com base na influência dos Jovens Turcos, da Missão Indígena, e da Missão Militar Francesa, marcado por revoltas sociais internas, como a Guerra do Contestado e o Tenentismo, e pelas duas Grandes Guerras Mundiais. (RODRIGUES, 2008, p. 14)

Apesar do viés doutrinário militarista, a Academia Militar teve muita importância na formação de engenheiros e topógrafos que muito contribuíram para a abertura de estradas e construções de portos no Brasil. “[...] a formação de engenheiros, é a que nos chama atenção, pois ela serviu como a alavanca que conduziu o Exército e seus oficiais a se envolverem desde cedo com as causas públicas do país.” (TAVARES, 2008, p. 52).

A partir de 1930, o ensino militar adquire novos contornos, caracterizado pelo enriquecimento, pela complexidade das Forças Armadas e pela crescente especialização, mecanização e avanços tecnológicos. Segundo LUCHETTI (2006), tem início na década de 1980 e estende-se até os dias atuais, um período esse que se caracteriza por mudanças, ditas modernizantes, com a finalidade de adequar o ensino militar aos requisitos da conjuntura nacional e mundial.

Na atualidade, várias Escolas de Formação contam com o respeito e credibilidade junto a sociedade brasileira, como por exemplo, citamos o Instituto Militar de Engenharia (IME), grande centro de referência no campo da engenharia brasileira. Entretanto, segundo Rodrigues (2008), as diversas mudanças ocorridas no ensino desde o século XIX “não impediam que a supervalorização da ciência deixasse esses oficiais distante do que seria o objetivo de uma Instituição militar, ou seja, a preparação para guerra”.

Essas reformas sofreram fortes influências estrangeiras, devido ao intercâmbio entre oficiais brasileiros e oficiais alemães, franceses e norte-americanos, cada uma há seu tempo.

Uma nova mentalidade profissional surgiu por influência direta dos “jovens turcos” ou “germanófilos” que eram oficiais que estagiaram no Exército alemão, entre 1904 e 1914, e trouxeram uma variedade de ideias novas, de cunho profissional, criando um proselitismo renovador sem embargo de problemas políticos. Após o estágio, esses “jovens turcos” trabalharam intensamente para implantar a concepção militar alemã à brasileira. Esse grupo de jovens criou, em 1913, um veículo de comunicação que existe até os dias atuais: a revista *Defesa Nacional*. (LUCHETTI, 2006, p. 83)

Com a extinção, em 1918, da Guarda Nacional, o Exército assume seu papel de principal responsável pela segurança interna e externa do país. Um ano depois, em 1919, ocorre a regulamentação do ensino militar no Brasil.

A reforma de 1919 retifica e ratifica a operacionalidade profissional. O certo é que, em 1919, atinge-se, afinal, o objetivo perseguido desde 1905: uma escola moldada segundo padrões nitidamente militares, com um currículo em que os assuntos profissionais ocupam setenta por cento de estudos, com um “ensino prático” rigoroso e absorvente, e com um regime disciplinar severo, que por vezes até se reveste de uns certos (sic) toques de prussianismo [...] (MOTTA, 1998, p.264).

A primeira Lei de Ensino Militar data de 1928. Em consonância com a Lei de 1919, essa Lei dispunha sobre o ensino militar ampliando a sistematização de cursos para um conjunto de 12 Escolas de Formação do Exército Brasileiro. “É recriada a Escola de Engenharia Militar, Instituto Militar de Engenharia (IME), órgão anexo ao Sistema Militar do Exército com especializações em várias modalidades de engenharia: engenheiro-artilheiro, engenheiro-eletrotécnico, engenheiro-químico e engenheiro de construção.” (LUCHETTI, 2006, p. 89)

Atualmente o Exército possui uma formação exclusiva para a carreira militar, escalonada da seguinte forma: Escolas de Sargentos (Nível Médio); Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx/3º ano do Nível Médio); Escolas de Formação de Oficiais (AMAN/Bacharelado em Ciências Militares, reconhecido pelo MEC¹⁴); Escolas de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO/Equivalente ao Mestrado, não reconhecido pelo MEC); Escola Comando Estado Maior do Exército (ESCEME/ Nível Doutorado, não reconhecido pelo MEC).

¹⁴ Regulamentado pela Portaria Normativa Interministerial Nº 830/MD/MEC, de 23 de maio de 2008.

Incluem-se nesse escalonamento as Escolas de Saúde do Exército (EsSEEx), destinadas aos quadros de Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Veterinários do Quadro de Saúde; a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), destinada aos quadros do magistério militar, advogados, enfermeiros militar, psicólogos, e o Instituto Militar de Engenharia (IME), formação de Engenheiros Militares etc.¹⁵

O principal Centro de Formação do Exército foi criado em 1º de janeiro de 1944, na cidade de Resende- RJ. Surgida da necessidade de centralizar e de se aperfeiçoar a formação do oficial para um Exército que crescia e se operacionalizava, a Escola Militar de Resende, passou a chamar-se, em 1951, Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e é hoje um centro de referência de formação militar da América Latina.

AMAN – RESENDE - RJ



Entrada principal da Academia Militar das agulhas Negras

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulhas_Negras

CERIMONIA ANUAL DE FORMATURA NA AMAN



¹⁵ O Exército ainda conta com vários núcleos de Formação de Oficiais da Reserva (NPOR), Cursos de Formação de Sargentos Temporários, Diversos cursos de aperfeiçoamento, como o Centro de Instrução de Guerra na Selva (SIGS) e a Escola de Instrução Especializada (ESIE), além de outros.

Foto dos Cadetes da academia durante cerimônia de entrega do espadim aos novos formandos.

Fonte: Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_Militar_das_Agulhas_Negras

A evolução da Ensino Militar no Brasil está intimamente ligada à história do Exército, e é fator determinante para manutenção de uma ética profissional que distingue esta categoria, denominada Militar, das demais categorias profissionais. Ainda não há consenso entre os estudiosos das ciências sociais sobre a pertinência ou não de se falar que os militares pertencem a uma determinada classe social.

Segundo Weber (1864-1920), o conceito de classe está ligado à classificação social, onde grupos de pessoas que, em função de interesses específicos têm a mesma posição econômica. Weber afirma que a propriedade ou a não propriedade de bens materiais ou habitações específicas determinam a situação de classe.

Dentre deste viés weberiano, os militares não poderiam se enquadrar nesse conceito de classe, haja vista que a categoria militar não forma um bloco homogêneo, pois há na carreira militar uma longa estrutura hierárquica, diferenciada pela forma de acesso à carreira, pelo tempo de formação e pelos diferentes graus hierárquicos e funções dentro da instituição.

A dificuldade de se falar em uma classe de militares esbarra na própria impossibilidade de determinar a origem social dos militares. Segundo Fernandes (1978), há uma tendência entre os estudiosos dessa temática em atribuir a classe média como referência. “[...] afirmou-se como uma evidência quase senso comum uma espécie de relação causal entre a origem de “classe média” dos militares latino-americanos e a importância desta presença (predominante) das “classes médias” nas Forças Armadas [...]”. (FERNANDES, 1978, p. 9).

Castro (2002) destaca que de todas as reformas educacionais ocorridas no campo do ensino militar, a reforma da Escola Militar de Realengo, idealizada e iniciada por José Pessoa, “[...] pode ser vista como um exemplo bem sucedido da criação de “novas tradições”, como prova a permanência por sete décadas das tradições então forjadas.” (CASTRO, 2002, p. 38). Ali podemos observar a gênese dos elementos simbólicos presentes no Exército Brasileiro.

As palavras de José Pessoa, por ocasião de sua tomada de posse como Comandante da Escola Militar de Realengo, em 15 de janeiro de 1931, após a Revolução de 1930¹⁶, nos mostra bem qual

16 A Revolução de 1930 foi desencadeada a partir do assassinato de João Pessoa, na Paraíba. José Pessoa, irmão de João Pessoa, teve participação ativa no cerco ao Palácio da Guanabara, em 24 de outubro de 1930, o que resultou na renúncia do presidente Washington Luís.

seria o novo papel do Exército frente aos problemas políticos a partir daquele momento histórico.

Cadetes! O dever que o Exército tinha com a república já está consumado... Mas a revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. A república está salva, mas resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. Revalidada a forma de governo, cumpre restaurar o Brasil... O Exército, como instituição democrática por excelência é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se de recompor, tanto é verdade, que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência. (CASTRO, 2002, p. 39).

Após a Revolução de 1930, o papel do Exército Brasileiro é o de ir além da preservação da ordem republicana. Com o novo cenário político que se estabeleceu, coube ao Exército a missão de “salvar a Nação” e de “Manter a integridade da Pátria”.

O Exército, enquanto “ossatura da nacionalidade”, teria um papel fundamental na fase de “reeducação” e “renovação” que se iniciava. “A Escola Militar, onde seriam formadas as futuras gerações de oficiais, era vista como uma instituição seminal do “novo Exército” e, por extensão, da nova nação que se pretendia construir”. (CASTRO, 2002, p. 39)

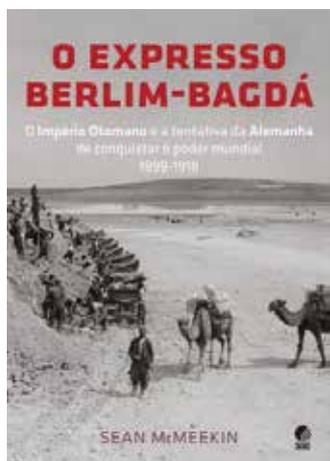
Um novo Exército para uma nova Nação. Dentro dessa perspectiva, a educação militar teve e ainda tem um papel relevante no reforço, na transmissão e na afirmação dos valores militares dentro da instituição.

REFERENCIAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Colégio Militar de Campo Grande. **Manual do Aluno 2011.**
- BRASIL, Portaria nº 156, de 23 de abril de 2002. **Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil.** *Vade-Mécum* de Cerimonial Militar do Exército. Valores, Deveres e Ética Militar (VM 10). Brasília. 1ª Ed. 2002.
- CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- FERNANDES, Heloísa. **Os Militares como Categoria Social.** São Paulo: Global, 1978.
- GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1993.
- LEAL, FABIANA MARIA. **“Por Trás Dos Portões” – A Disciplina No Colégio**

- Militar De Curitiba (1959-164).** Monografias: Revista História, 2009. Universidade Tuiuti do Parana.
- LUCHETTI, Maria Salute Rossi. **O Ensino no Exército Brasileiro: histórico, quadro atual e reforma.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas: Piracicaba, 2006.
 - MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército.** Currículos e regimes da academia militar 1810-1944. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército Editora, 1998.
 - PIRASSINUNGA, Adailton Sampaio. **O Ensino Militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.
 - RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à Escola de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946.** Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
 - TAVARES, Kleber da Silva. **“A Ética Castrense e a intervenção militar como recurso DE manutenção da ordem Institucional”.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.
 - VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
 - WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia.** Rio de Janeiro: Editora, 5ª Ed. 1982.

Livro em Destaque



McMEEKIN, Sean. O Expresso Berlin-Bagdá. O Império Otomano e a tentativa da Alemanha de conquistar o poder mundial 1898-1918. São Paulo: Editora Globo, 2011.

O autor pretende abordar o envolvimento entre a Alemanha e o Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial e a tentativa dos alemães de destruir o Império Britânico usando o poder do Islã. Fundamentado em pesquisa em documentos militares alemães, britânicos,

turco-otomanos e russos, o livro revela que a estratégia germânica no Império Otomano inicialmente estava focada na construção da grande ferrovia de Berlim a Bagdá. Porém, com a iminência da guerra, a ferrovia se mostrou parte de um projeto muito maior da Alemanha, que envolvia o fomento a revoluções internas no Oriente Médio a fim de enfraquecer os poderes da Tripla Entente e fazê-la triunfar sobre cada uma das nações envolvidas.

Ficha técnica:

ISBN: 8525049875

ISBN-13: 9788525049872

Encadernação: Brochura

Edição: 1ª

Ano de Lançamento: 2011

Número de páginas: 512

Preço Médio: R\$ 60,00

Sobre o Autor:

Professor PhD em História pela Universidade da Califórnia, Berkeley (2001) especialista em história da Rússia e da Alemanha moderna, comunismo e Primeira Guerra Mundial. Ministra aulas na KU University em Istanbul, Turquia.





Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.